

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

UMA VIDA, DUAS VIDAS, MUITAS VIDAS: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas

Evanildo Moraes Estumano

Belém - PA
Janeiro/2004

UMA VIDA, DUAS VIDAS, MUITAS VIDAS: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas

Evanildo Moraes Estumano

Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia, Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.(a) Dr.(a) Maria Angelica Motta-Maués

Belém - PA
Janeiro/2004

Estumano, Evanildo Moraes

Uma vida, duas vidas, muitas vidas; diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas / Evanildo Moraes Estumano; orientadora, Maria Angélica Motta-Maéus. – Belém: [s. n.], 2003.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 2003.

1. Relações homem-mulher – Belém (PA). 2. Família. 3. Trabalho. I. Título

CDD –20. ed. 306. 7098115

UMA VIDA, DUAS VIDAS, MUITAS VIDAS: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas

Evanildo Moraes Estumano

Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia, Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.(a) Dr.(a) Maria Angelica Motta-Maués

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17 / 02 / 2003

Banca:

Prof.(a) Dr^a Maria Angélica Motta-Maués (orientadora) _____

Prof.(a) Dr^a Mônica Prates Conrado (examinadora) _____

Prof.(a)Dr.^a Maria Cristina Masnechy (examinadora) _____

Prof.(a) Dr. Raimundo Heraldo Maués (suplente) _____

Belém, PA
Janeiro/2004

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar este trabalho assumo a responsabilidade pela sua autoria. No entanto, inúmeras e das mais variadas formas, foram as contribuições que recebi para que ele pudesse ser realizado.

Sentindo-me grato a todos, menciono a seguir alguns nomes, pedindo que os demais que não forem citados neste momento, sintam-se igualmente contemplados com meus sinceros agradecimentos.

Assim sendo, agradeço a meus familiares, em especial a meus pais, que talvez tenham sonhado até mais do que eu com a conclusão deste curso.

A meus interlocutores que se dispuseram a colaborar como sujeitos desta pesquisa e que, ao compartilharem comigo um pouco de suas vidas, fizeram com que eu me tornasse, também, parte delas.

À professora Angelica pela serenidade das orientações e de outros momentos.

À professora Maria Cristina Masnechy, por ter aceitado o convite para participar como membro da banca examinadora. Agradeço, de antemão, pelas críticas e sugestões.

À professora Mônica Prates Conrado agradeço pelas sugestões no processo de elaboração da dissertação e por aceitar fazer parte da banca examinadora.

Um agradecimento especial ao professor Heraldo Maués, também, membro da banca examinadora.

Ao Professor Orlando Nobre pelas orientações quando do processo de seleção ao mestrado e pelo constante incentivo ao longo do curso.

Ao professor João Joaquim Campos (UEPA), quem primeiro leu e revisou minha proposta de trabalho para o mestrado.

À professora Jane Beltrão e aos colegas de turma pelas valiosas observações sobre o projeto de pesquisa à época da qualificação e do curso de Metodologia.

À professora Telma Amaral pelas contribuições fundamentais desde o projeto até a elaboração da dissertação.

À professora Josenilda Maués pelas contribuições no momento da qualificação do projeto.

A todos os professores do Programa, agradeço pela oportunidade fecunda de reflexão e interpretação sociológica realizadas durante os cursos, que apontaram o caminho da construção de um olhar antropológico sobre a realidade social.

Ao colega Jadson, pela ajuda na organização pelas normas técnicas.

A Paulo, Rosângela e Silvana pelas providenciais colaborações tanto na digitação dos trabalhos quanto na reprodução de materiais para os cursos.

A todos que se sentem parte, mesmo sem eu agora os mencionar, por terem talvez dito algum dia uma palavra de incentivo que foi se avolumando em forças para que eu pudesse estar aqui hoje.

A minha companheira Enizete que ao olhar para este trabalho, perceberá que além das palavras que nele se encontram escritas, acham-se, ainda, os ecos de outras tantas que ela, sempre disposta, escutou dia após dia. A ela dedico.

Acredito, antes de mais nada, que a vida é um ato de criatividade e que, em certos momentos de nossas vidas, nossa imaginação criativa é mais explicitamente exigida que em outros. Em certas passagens, a necessidade de tomar decisões sobre a história de nossas próprias vidas se torna mais premente – quando escolhemos um companheiro, por exemplo, ou quando ingressamos numa carreira profissional. Decisões como estas, vistas em retrospecto, dão sentido ao passado, além de projetar um sentido para o futuro, reunindo passado e futuro na mesma trama, e criando, suspenso entre os dois, o presente. Perguntas que todos nós nos fizemos Por que estou fazendo isto? Ou, em termos ainda mais básicos, O que estou fazendo? Sugerem a maneira como a vida nos força a procurar e a encontrar um padrão em meio ao caldo primal de dados que é nossa experiência cotidiana.

Phyllis Rose
Vidas Paralelas

SUMÁRIO

Agradecimentos	i
Epígrafe	ii
INTRODUÇÃO	iii
CAPÍTULO I: DA IDÉIA DA PESQUISA À PESQUISA DAS IDÉIAS SOBRE GÊNERO – percursos teóricos e metodológicos	01
. Sobre o tema: aproximações e diferenciações,	01
. Sobre o tema: como estudá-lo	10
CAPÍTULO II : FAMILIARIZANDO-SE COM A VIDA FAMILIAR- o trânsito por entre as pessoas da “família”	24
. Um convite à casa, ou apresentando a família	26
. A(s) pessoa(s) em “sua(s) casa(s)”	38
CAPÍTULO III: DO FAMILIAR AO PROFISSIONAL (OU VICE-VERSA?) - “duas vias de uma vida”	48
. Da sala de casa para a sala de aula: interfaces do profissional com o doméstico	48
. De volta para casa (?)	56
FAMÍLIA E PROFISSÃO: interfaces de uma vida “gendered”	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

UMA VIDA, DUAS VIDAS, MUITAS VIDAS: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas

Evanildo Moraes Estumano

Resumo:

Este é um estudo sobre diferenciações de gênero entre frações de camadas médias urbanas em Belém-PA, a partir de aspectos do cotidiano familiar e profissional de pessoas que trabalham com a temática gênero no campo dos estudos acadêmicos (ensino e pesquisa). O trabalho procura demonstrar as atualizações, modificações, por vezes, ‘fugas’ dos modelos sociais de referência, isto é, as conjunções e as disjunções nos discursos do sujeitos quando estes se direcionam para os contextos performativos onde são desenvolvidas práticas sociais informadas pelo gênero. Discute-se, também, como as representações sociais são atualizadas e/ou modificadas a partir da referência que fazem a elementos dos seus cotidianos pessoal e profissional. Para tanto, as histórias de vida do grupo investigado são tomadas em análise evidenciando suas experiências nos diferentes e, por vezes, imbricados cenários em que constroem/atualizam suas vidas.

Palavras-chave: gênero, vida familiar, vida profissional, relacionamentos.

ONE LIFE, TWO LIVES, MANY LIVES: differentiations of gender in the familiar and professional daily life of urban medium classes

Evanildo Moraes Estumano

Abstract:

This is study about differentiations of gender among fractions of urban medium classes in Belém-PA, starting from aspects of family and professional life of people who work with the theme gender in the field of the academic studies (teaching and research). The work tries to show the updatings, changes, sometimes “escapes” from social models of reference, that is, the conjunctions and disjunctions in the speeches of people when those turn to the performative contexts, where social practices informed by the gender are developed. It discusses also how the social representations are updated and/or modified from the reference that they make about elements of their personal and professional daily life. Thus, the stories of life of the investigated group are taken into analyze proving their experiences in the different and, sometimes, intertwined sceneries in which they build/update their lives.

Key-words: gender, family life, professional life, relationship.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (Orgs). *Homens e masculinidades: outras palavras*. 2ª ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001.

AUGÈ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AZEVEDO, Tales. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1996.

BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

BROW, Peter. Agostinho: sexualidade e sociedade. In: BROW, Peter. *Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa BUARQUE de. (Orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; São Paulo: Editora 34, 1998.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20 (2): jul/dez., 1995.

DaMATTA, R. “O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues”. In: NUNES, Edson (org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DaMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DUBY, Georges. *História da vida privada, 2: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (1. Abertura).

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A, 1989.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: amor e erotismo na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GODELIER, Maurice. Homem-mulher. *Enciclopédia EINAUDI - Parentesco*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis - RJ: Vozes: 1985.

GOLDENBERG, Miriam & TOSCANO, Moema. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOLDENBERG, Miriam. *Ser homem e ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

GONÇALVES, Telma Amaral. E o casamento, como vai? Um estudo sobre a conjugalidade em camadas médias urbanas. Belém: 1999. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HÉRITIER, Françoise. Família. *Enciclopédia EINAUDI - Parentesco*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.

JULIÃO, Maria Romélia Silva. *Donas da história: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém*. Belém, 2000. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos: corpo, saúde, doença*. n. 9. Porto Alegre, out., 1998.

LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LASMAR, Cristiane. Antropologia do gênero nas décadas de 70 e 80: questões e debates. *Teoria e Sociedade - Belo Horizonte*, n.1, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976 [1947].

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MacFARLANE, Alan. História do casamento e do amor. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MALCHER, Leonardo Fabiano Sousa. *Mulheres querem amor, homem querem sexo?* Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. Belém, 2001. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974. v II.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro: HUCITEC, 1994.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. *Trabalhadeiras e Camarados: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA, 1993 [1977].

MUSKAT, Malvina Ester. Violência de Gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (Orgs). *Homens e masculinidades: outras palavras*. 2ª ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro. Rocco, 1993.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In:

ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1998.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura, a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos - Gênero*. Porto Alegre, ano I, n. 1, 1995 [1980].

ROSE, Phyllis. *Vidas paralelas: cinco casamentos vitorianos*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 20 (21): 71, jul/dez., 1995.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

STRATERN, Marilyn. Entre uma melanesianista e uma feminista. *Cadernos Pagu* n. 8/9. Campinas-SP, 1997.

SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia: In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VAITSMAN, Jeni. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: PUPPIN, Andréa Brandão & MURARO, Rose Marie (Orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989 [1973].

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, G. (Org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: HUCITEC; EDUNB, 1995.

INTRODUÇÃO

Olhar com perspectiva analítica para a aproximação de elementos do cotidiano que poderiam ser deixados ao bel prazer da referência, como é o caso da organização da vida familiar e da vida profissional, transforma-se, pelo exercício da curiosidade científica, numa interessante (no verdadeiro sentido do termo) oportunidade de reflexão no âmbito da Antropologia. A busca da compreensão da feitura do ser humano em suas múltiplas relações – embora, conforme nos ensinou Max Weber, nos aproximemos sempre mais particularmente de algumas delas - justifica-se como projeto da construção de significados que vivenciamos enquanto atores sociais. Foi isto que me fez procurar compreender e interpretar, tomando como foco as diferenciações de gênero, aspectos da experiência de um grupo particular – profissionais (homens e mulheres) vinculados aos estudos de gênero no campo acadêmico, na Universidade Federal do Pará - UFPA– e que se colocam sempre, como os demais, no cenário mais amplo da sociedade.

As idéias sobre a atuação das personagens em suas vidas pessoal e profissional – espaços recortados no presente estudo - são fundamentais para a visualização de aspectos do pensamento social que podem indicar como são feitos e refeitos tipos de relações que representam a instauração, o reforço ou a modificação de hierarquias que podem, por vezes, ser vistas como estando relacionadas ao gênero.¹ Em outras palavras, trata-se de investigar as idéias, as opiniões desses professores e/ou pesquisadores ² em relação ao âmbito pessoal e profissional de suas vidas como homens e como mulheres que, como casados (formalmente ou não) ou não-casados e possuindo ou não filhos, atualizam e refletem cientificamente sobre a experiência cotidiana e particular de relações informadas

¹ No Brasil, as estudiosas feministas passaram a utilizar o termo por volta da década de 1980. O uso do termo gênero (do inglês, *gender*) surgiu com as discussões das estudiosas feministas anglo-saxãs. E, de acordo com Joan Scott, a preocupação com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no final do século XX quando o termo ‘gênero’ foi inserido na tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. Por meio da linguagem elas buscam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Cf. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 20 (21): 71, jul/dez., 1995.

² Embora falando de gênero e lidando no estudo com homens e mulheres, utilizo os termos no masculino. Essa opção decorre da dificuldade em se manter em todo o texto o masculino e o feminino em construções do tipo professor/professora, o que faz a escrita ficar ‘pesada’.

pelo gênero. A idéia de trabalhar com interlocutores que estudam a questão de gênero, não visa, obviamente, investigar ou “testar” a pretensa relação imaginada de “causa e efeito” entre conhecimento acadêmico (científico) e prática social. A idéia é/foi a de pesquisar o tema referido antes, ouvindo relatos entre pessoas com as quais o diálogo do pesquisador seria feito, neste sentido, entre ‘iguais’. O conhecimento intelectual da temática gênero, assim, estaria definindo um perfil do grupo servindo na apreciação dos discursos. Que poderiam ou não ser, em algum momento e/ou situação, marcados pela familiaridade acadêmica com a questão. Coisa que poderá ser vista ao longo do estudo.

Dispor-se a estudar representações sobre diferenciações de gênero entre pessoas de um grupo intelectualizado é mais do que mapear depoimentos que respondam ou não à equidade quando se trata da alteridade sexual; é estar atento às significações através das quais os sujeitos vivem os valores da cultura da qual fazem parte, a forma pela qual se sabem vivendo esses valores e não outros e sua maneira de negociar com a realidade (Velho, 1994).³ Penetramos por este caminho no campo do simbólico, pois o símbolo como indica Clifford Geertz “(...) é usado para qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve de vínculo a uma concepção – a concepção é ‘o significado do símbolo’” (Geertz, 1989: 67 - 68).⁴

A ação desses profissionais na cidade de Belém, no contexto da região Norte, cria significados expressos em pensamentos e atos que mesmo sendo, de certo modo, específicos, refletem uma determinada realidade dentro do país. Por isso, mesmo sendo restrita a aspectos particulares localizados espacialmente (em Belém) e relativos ao campo da família e da profissão, esta pesquisa pretende ser uma pequena contribuição para o estudo mais amplo das relações de gênero no contexto social brasileiro.

As observações afetas à interação entre família e profissão podem ser tomadas como um elemento dos mais emblemáticos para a análise das diferenciações de gênero no âmbito das relações sociais que poderíamos chamar, de um lado, de “relações para fora”,

³ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1989.

com o círculo mais amplo de atores sociais com os quais, em geral, se mantêm contatos regulares ou não em face de uma formalidade pré-estabelecida como código de apresentação. E, de outro, no espaço das “relações para dentro”, exercidas em um circuito de maior abrangência das ações individuais, mesmo que a formalidade exista como critério que se pode lançar mão a qualquer momento no sentido de marcar ou restabelecer lugares ameaçados.

Outros termos utilizados para a discussão que estou propondo, comumente encontrados na literatura antropológica, em especial a das décadas de 1970 e 1980, dizem respeito às relações dicotômicas ou não entre as categorias público e privado. Neste particular é preciso deter-se um pouco mais na questão (farei isto no capítulo I) para poder pontuar aspectos que, num primeiro momento, podem parecer indiferenciados em virtude da exposição (e da disposição) das idéias que se fará neste trabalho. Não quero com isso, simplesmente, dizer que caminho na contra-mão ou na mão oposta aos estudos que se utilizaram das categorias mencionadas para explicar as diferenciações entre os sexos. Quero sim, dizer que meu propósito é (foi) experimentar formas de pensar sobre coisas do cotidiano - com toda profundidade que lhe é característica - que por estarem envoltas, muitas vezes, na rotina podem se tornar petrificadas, “naturalizadas” aos olhos. Não se trata, no entanto, de ‘desvelar’ a vida para mostrar uma suposta vida mais real, como se por detrás de um véu houvesse a verdade a ser revelada. Lembremos, como faz Clifford Geertz, que os textos antropológicos “(...) são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a *sua* cultura.)”.⁵ E ainda assim, sabemos que de mil modos esta pode ser ‘contaminada’.

Neste sentido, minha intenção inicial para a constituição deste trabalho foi revisitar (com o olhar informado por categorias teóricas referentes ao gênero) os espaços da vida familiar e da vida profissional para compreender aspectos das relações de um grupo particular onde se encontram pessoas envoltas nessas teias de significação tecidas no cotidiano entre o que estou entendendo aqui como sendo o real empírico (a prática) e o real simbólico (as representações).

⁵ Geertz op. cit., p. 11.

Por isso devo reconhecer, antes de tudo, que as especulações teóricas desenvolvidas a partir da investigação de um campo definido, onde se encontram sujeitos característicos (aproximáveis em perfil) são, também, fruto de toda uma trajetória de vida atenta (pelo menos, a partir de determinado momento e situação) a esses meandros da vida social. Não se tratava, no entanto, de estar lá como especialista da questão, mas como indivíduo-membro de uma sociedade que o ‘cerca’ – o coloca no centro - de suas influências e por meio das quais desenvolve sua trajetória; sua com os outros, como bem já nos ensinaram os fenomenólogos, mesmo que não se coloque como necessidade premente esse reconhecimento.

Exemplos neste sentido podem ser dados de minha inserção em dois cursos de formação de professores ao longo dos anos de 1990, o Curso Médio Normal (antigo Magistério) e o Curso de Pedagogia, que carregavam à época e, de certa forma até hoje, a conotação de cursos para mulheres. E ainda, da minha prática como professor substituto no Ensino Superior ministrando disciplinas que abordavam a temática gênero. Considerando já uma atenção a esses pontos, foi nesse momento de prática profissional, que me ocorreu o que chamei de *insight* que ocasionou este estudo. Uma pergunta cheia de curiosidade me foi feita por uma aluna durante um intervalo de aula em que discutíamos itens dentro dos estudos de gênero: professor, como o senhor trata a sua mulher? Apesar de não ser casado, ou “não ter mulher”, como entendia a aluna, percebi a pertinência de sua indagação, tanto que ela serviu, de certo modo, para o início da estruturação de meu objeto de estudo. A partir daí, fui construindo uma problemática de pesquisa que envolveu, finalmente, a investigação da vida cotidiana, destacando os espaços da vida familiar e profissional de pessoas que estão diretamente ligadas à discussão de gênero no campo acadêmico e que mantêm relacionamentos heterossexuais afetivos prolongados (casados ou não).

Com isso quero dizer que em maior ou menor grau o “nosso” problema, objeto de pesquisa, habita em nós como força impulsionadora que pode vir se avolumando, como no meu caso, ou surgir meio que de repente sem, contudo, deixar de ter uma história antecedente que fala em voz baixa há algum tempo. Considero que, pelo menos essas duas formas de partida para uma pesquisa social lhe dão solidez, não porque objetivem responder questões imediatas, mas, e acima de tudo, porque encerram nelas o enraizamento social e histórico da pesquisa, do pesquisador e dos pesquisados. As lições de metodologia

estão aí como testemunhas da incompletude e incontestada necessidade do conhecimento científico. Esta é uma questão de **fundo** em todas as pesquisas, mas que a coloco aqui como **figura**, para não perder de vista a problemática da produção e divulgação do conhecimento em Antropologia e nas outras ciências sociais.

Em suma, este é um estudo sobre idéias e práticas (estas segundo seus relatos) de profissionais que atuam no campo acadêmico a respeito das diferenciações de gênero tendo como parâmetro a consideração das pessoas entrevistadas sobre a sua vida familiar, “doméstica” e a prática profissional. Ou, de outro modo, é um exercício de transformar em “outro” estes sujeitos que exercem a mesma profissão que eu, pois como diz Marc Augé “(...) se admitirmos que o objeto da Antropologia é, antes de mais nada, a idéia que os outros têm da relação entre as pessoas: a primeira alteridade (daqueles que o antropólogo estuda não é necessariamente étnica ou nacional; pode ser social, profissional, residencial” (1997: 25).⁶

O trabalho recebeu o título de **Uma vida, duas vidas, muitas vidas**, a partir da análise dos depoimentos onde os entrevistados, ao falarem de si nas relações familiares e profissionais, falavam como se fossem, ou precisassem ser, mais de uma pessoa para poder viver suas vidas, além do que, outras tantas vidas se faziam presentes compondo as suas vidas individualmente.

No que segue, o estudo está sendo apresentado com uma divisão didática em três capítulos. Privilegio, nas fronteiras do familiar com o profissional, temas como afetividade, amor, casamento, sexualidade, fidelidade, paternidade, maternidade, relacionamento entre pais e filhos, lazer, opinião sobre a participação do parceiro na família conjugal, planos para prosseguimento de estudos, ocupações domésticas e de trabalho profissional. Em suma, temas referentes a relacionamentos, interações, auto-realização, convivências.

O primeiro capítulo, faz uma apresentação do tema e de sua problematização, mostrando a relevância de estudá-lo para o entendimento da relação entre representações e

⁶ AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

práticas no que diz respeito às construções sociais das diferenciações de gênero. Procura apontar os percursos da pesquisa quanto ao trabalho de campo, sistematização e análise dos dados, mostrando algumas modificações que ocorreram em relação ao grupo pesquisado, à metodologia e ao referencial teórico, bem como suas permanências.

No segundo capítulo encontra-se a análise das representações sobre gênero a partir da referência dos entrevistados aos espaços de vida familiar/pessoal, discutindo o significado que atribuem a essas diferenciações. Para tanto, levo em consideração aspectos da vida doméstica, tarefas domésticas, cuidados com filhos, trabalho fora de casa, responsabilidades, atribuições e performances de outras ordens.

O terceiro capítulo apresenta uma análise das representações sobre gênero a partir das referências dos entrevistados à organização do trabalho profissional identificando as mediações teóricas e práticas e a colocação dos sujeitos em meio a elas. Descreve-se, assim, o envolvimento com a temática do gênero retomando suas experiências de formação e de reflexão que daí decorrem para seus relacionamentos.

Nas Considerações Finais, documento a análise das articulações, conjunções e disjunções existentes quando os entrevistados se referem às suas vidas pessoal e profissional tomando como parâmetro de comparação o olhar informado pela perspectiva de gênero. Faço a identificação dos discursos comuns à fala dos entrevistados nos espaços de sociabilidade e, de certa forma, espaços de afetividade (família - trabalho) e analiso as suas implicações para as práticas sociais em geral. Finalmente, retomando as histórias de vida, instrumento fundamental em minha pesquisa, discuto a forma pela qual os eventos sociais significativos em seus projetos de vida se acomodam ou agem modificando as representações sociais no campo do gênero e a força simbólica dos espaços familiar e profissional nesta dinâmica.

É importante frisar que tanto os capítulos quanto os subcapítulos estão pautados na ideia de que a vida doméstica e a vida profissional são dimensões da vida cotidiana que agem e reagem a influências de várias ordens; essa ideia se mostrou presente como fio condutor dos depoimentos. Por isso, não se encontrarão tópicos estanques e nem mesmo

seqüenciais no desenvolvimento do trabalho, ou seja, as reflexões são feitas de modo circular, em constante intercomunicação.

Por outro lado, os possíveis leitores verão, ao longo do estudo, que as idéias são tomadas, muitas vezes, como se fossem dicotomias. Isso fez com que eu me encontrasse às voltas, novamente, com a idéia de pares de oposições. No entanto, com a análise mais detida, pude ver (e mostrar) que o material oferece a percepção de que os espaços/tempos da vida familiar e da vida profissional se apresentam sob mais de uma forma; às vezes, se opondo ou querendo se opor, outras, imbricados como se um estivesse diluído no outro. A exemplificação deste fato está em que, para falar de si, os homens e as mulheres, respectivamente, partem do trabalho e da família; ou seja, os homens e as mulheres possuem lugares de fala diferenciados sem que eles deixem, igualmente, de ocupar/atuar nos diferentes âmbitos do cotidiano. O discurso, dessa forma, traduz muito mais uma forma de ‘se pensar’ do que, propriamente, ‘de estar’.

Por fim, informo que mesmo nas citações indiretas dos depoimentos, procuro manter a linguagem original dos entrevistados – com seus termos entre aspas - para preservar o sentido dentro do contexto das questões abordadas. E nas citações diretas, a fim de orientar o leitor, destaco (em itálico) palavras e frases centrais para minha reflexão.

Apresento, a seguir, antes de passar para o primeiro capítulo, um quadro de referência sobre os interlocutores deste trabalho:

Nomes	Formação acadêmica	Área de atuação	Religião	Cor	Estado civil	Nº de filhos	Faixa etária	Camada social
Ruth	Mestrado	Ensino	Cristã evangélica	Branca	Casada no civil	01	+40	Camada média
Inês	Cursando mestrado	Ensino	Cristã católica	Branca	Casada no civil	0	+30	Camada média
Miguel	Doutorado	Ensino/pesquisa	Cristã católica	Branca	Casado no civil e no religioso	02	+40	Camada média
Tomaz	Cursando doutorado	Pesquisa	Cristã católica	Branca	Solteiro	0	- 30	Camada média

CAPÍTULO I

DA IDÉIA DA PESQUISA À PESQUISA DAS IDÉIAS SOBRE GÊNERO: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Sobre o tema: aproximações e diferenciações

Estar como pesquisador (homem) estudando diferenciações de gênero já é um fator a ser destacado em virtude de o campo ter sido (quase diria, é ainda) visto como uma espécie de reduto feminino. Na verdade, este “visto como” tem a ver, de um lado, com o copioso debate da questão por profissionais homens – inclusive no mesmo momento em que as mulheres falavam da “sua” questão (anos 70/80 do último século) – e, de outro, porque, mesmo assim, essa produção (masculina) é, pode-se dizer, praticamente desconsiderada (para não dizer desconhecida) no debate acadêmico sobre o tema no Brasil.¹

Como disse na Introdução, há algum tempo venho me colocando questões que instigavam minha compreensão sobre aspectos das relações simbolicamente estabelecidas entre o que se poderia chamar de “o masculino” e “o feminino”, assim como sobre a forma específica com que homens e mulheres se referiam uns aos outros e a si mesmos dando a impressão de haver, senão de fato, pelo menos em algum outro lugar (*utopos*) um “mundo masculino” que era tal e qual e, de outro lado, diametralmente oposto ao outro, um “mundo feminino”.

Observações, sem um maior embasamento teórico que eu possa ter hoje, eram feitas com a preocupação sobre como eles e elas pensam de uma certa forma, às vezes,

¹ Na introdução ao livro *Homens e Masculinidades*, os organizadores Margareth Arilha, Sandra G. Unbehaum e Benedito Medrado, registram que “[u]ma tendência forte da produção acadêmica e política do feminismo brasileiro dessa época [meados da década de 1970] foi a de se aproximar do marxismo, ou com ele procurar dialogar, privilegiando a mulher trabalhadora como tema. Foram descritas, discutidas, denunciadas e propostas alternativas à condição feminina, nos diferentes campos da vida social. Dessa reflexão, os homens, ou masculinidade, estavam excluídos – e/ou se excluía – ou, em alguns casos, eram colocados apenas como contraponto (ou ‘meio de caminho’) para os estudos sobre mulher. Em alguns casos, percebe-se a produção de discussões seminais sobre a necessidade de um diálogo entre as perspectivas feministas e os homens” (2001: 21).

sobre os mesmos fatos, dizendo simplesmente “as coisas são assim”, “ele faz isso porque é homem”, “ela faz isso porque é mulher”; mesmo sentindo-se incomodados com os resultados das ações e existindo reclamações presentes de ambos os lados, mas não com um mesmo sentido. Comecei a perceber que parecia haver um conflito entre considerações gerais sobre homens e mulheres e considerações pessoais que se referiam às pessoas mesmas em situações particulares em que elas se encontravam envolvidas. Estava lidando, sem percebê-lo e sem poder interpretar sociologicamente, com aquilo que mais tarde viria a discutir como sendo “as representações sociais”.

Contudo, essas primeiras aproximações levaram-me diretamente ao contato com teorias que se propuseram a explicar os descompassos de poder entre a figura masculina e a figura feminina enfocando a descontinuidade e polarizando os conceitos. Estou me referindo aos estudos que tiveram como base conceitual a dicotomia público/privado.² Este ponto é importante para entender a partir de onde se iniciou a

² Na Abertura ao livro *História da Vida Privada II*, Georges Duby (1990), partindo das palavras como ele mesmo diz, inicia sua discussão sobre poder público e poder privado mostrando os significados dos termos:

“Nos dicionários de língua francesa compostos no século XIX, ou seja, no momento em que a noção de vida privada adquiria seu pleno vigor, descubro de início, um verbo *privar*, significando domar, domesticar, e exemplo dado por *Littré*, ‘um pássaro privado’, revela o sentido (...). Descubro em seguida que o adjetivo *privado*, considerado de maneira mais geral, também conduz à idéia de familiaridade, agrega-se a um conjunto constituído em torno da idéia da família, de casa, de interior (...). Todavia, e é isso que marca bem o termo *particular*, em seu sentido primeiro, mais direto, mais comum, o privado se opõe ao público. Assim, no *Littré*, estas duas citações, uma, de Vauvenargues: ‘aqueles que governam cometem mais faltas que os homens privados’; a outra, de Massillon: ‘Nada é privado na vida dos grandes, tudo pertence ao público’.

Eis-me então remetido à palavra *público*. Definição, de *Littré*: ‘O que pertence a todo um povo, o que concerne todo um povo, o que emana do povo’. Portanto, a autoridade, e as instituições que sustentam essa autoridade, o Estado. Esse primeiro sentido evoluiu para uma significação paralela; diz-se público o que é comum, para o uso de todos, o que, não constituindo objeto de apropriação particular, está aberto, distribuído, resultando a derivação no substantivo o *público*, designando o conjunto daqueles que se beneficiam dessa abertura e dessa distribuição.

(...) Por oposição a esses termos, *privatus* e seus derivados ganham seus múltiplos sentidos, evocam o familiar, designam ainda o que não é festivo (...): as palavras que sustentam a idéia de privado são reservadas, por contraste, aos comportamentos de intimidade, especialmente àqueles que são de regra no interior de uma fraternidade; (...). A palavra *privatus* chega com isso designar o que se encontra em retiro; (...). No ponto de chegada dessa derivação, os *privatae*, no latim dos escritos monásticos, são latrinas”. Cf. DUBY, Georges. *História da vida privada*, 2: da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (1. Abertura). pp. 20 e 21.

Parece que a partir desses usos costumeiros que se faziam dos conceitos em questão, e dos significados que lhes foram sendo atribuídos, houve uma imediata associação às diferenças sexuais nas interpretações sociológicas das relações homem-mulher.

aproximação com a literatura mais relacionada com o estudo que estou apresentando e a forma de entendimento que me levou a buscar outras referências do debate que pudessem responder mais satisfatoriamente às minhas observações empíricas sem me ater à idéia das dicotomias e, ainda assim, sem deixar de considerar sua elaboração e seu uso. Para esta demonstração farei agora uma digressão iniciando por seus pressupostos teóricos.

Se retomarmos, ainda que rapidamente, as teses de Claude Lévi-Strauss em *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1976) [1947]³ onde se encontra descrita a oposição conceitual da natureza em relação à cultura, podemos ver nelas, mesmo sem o autor assim o pretender, um evolucionismo implícito que descreve o surgimento da sociedade pela operação da proibição do incesto. Adianto que este fato tornou algumas análises sobre gênero que o tomaram como parâmetro, muito mais descrição de um modelo de pensamento puramente abstrato do que, propriamente, análise de realidades sociais.

Essa dicotomia analítica natureza/cultura era, para o estruturalismo levi-straussiano, pressuposta como uma característica universal do pensamento humano. No caso da formação da sociedade humana especulava, construindo sofisticadas análises, que a troca de mulheres é a premissa básica pela qual se organizam os sistemas de parentesco.

Lévi-Strauss desenvolveu sua teoria sobre a proibição do incesto apresentando-a como sendo o elemento fundador da cultura, o primeiro fato social que constitui o vínculo que une a natureza à cultura dando origem a uma síntese de nova ordem. Segundo ele “(...) se a regulamentação das relações entre os sexos constitui uma invasão da cultura no interior da natureza, por outro lado a vida social é, no íntimo da natureza, um prenúncio da vida social, porque dentre todos os instintos, o instinto sexual é o único que para se definir tem necessidade de outrem”.⁴ Logo, a proibição do incesto faz parte dos dois domínios: é universal (natureza) e é, ao mesmo tempo, uma regra (cultura) já que o homem é o único animal que diferencia os indivíduos que serão os cônjuges (e dentre estes, os preferenciais) e os que, assim, não poderão se tornar.

³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976 [1947].

⁴ LÉVI-STRAUSS, 1976. op. cit., p. 50.

A estrutura mínima - o átomo do parentesco - em torno do qual o sistema (de parentesco) se organiza, representa as relações sociais por alianças (matrimoniais) que são estabelecidas em virtude da proibição da aquisição do cônjuge dentro do grupo de filiação (proibição do incesto) e, ao mesmo tempo, a obrigação de procurar um cônjuge fora deste grupo (exogamia). A proibição passa, desse modo, de regra negativa à regra positiva por meio da exogamia, sua versão social ampliada. Ou seja, o tabu não possui um fim em si mesmo já que, para Lévi-Strauss, na sociedade, um homem não pode obter uma mulher senão de outro homem que lhe cede uma filha ou uma irmã.

Para compreender as relações de aliança, primeiro, é preciso considerar que o átomo do parentesco é uma relação a quatro termos; um irmão, uma irmã, um cunhado e um sobrinho. Neste sistema o casamento é uma relação a três: uma mulher, um homem que a recebe e um outro homem ao qual ela é negada em função da proibição do incesto. É este, fundamentalmente, o sistema que define as relações sociais e de propriedade.

Desta forma, é que através da análise de um fenômeno aparentemente estrito – a relação avuncular – Lévi-Strauss chegou à grande teoria da aliança como fundamento da vida social. Para ele, o átomo do parentesco não é a família biológica – o casal e os filhos - mas sim o nó de relações que conduz a criação de famílias. Neste átomo o tio materno encarna o doador de mulheres, afirmando, assim, a prioridade da aliança sobre a filiação.

Deste ponto de vista o parentesco é um sistema de comunicação em dois sentidos. Primeiro, porque obriga dois ou mais grupos a uma reciprocidade que ordena os sistemas de parentesco e casamento, realizados como permuta restrita ou generalizada; segundo, por se tornar uma linguagem, um código, que permite a interpretação da sociedade.

Para nosso propósito esses comentários a respeito do binômio seminal (natureza/cultura) construído teoricamente por Lévi-Strauss objetivam (1) chamar a atenção para a sua teoria da aliança, que ao se referir à reciprocidade, aponta as mulheres como principal elemento de troca, e (2) fazer uma interligação com o que se seguiu daí no que se refere à questão de gênero.

Passemos, então, às duas autoras, Michelle Zimbalist Rosaldo e Sherry B. Ortner, que se basearam em dicotomias analíticas à moda de Lévi- Strauss para explicar a assimetria entre os sexos, sendo que a segunda delas orienta-se, diretamente, pela oposição natureza/cultura do referido autor, associando esta categoria a oposição público/privado, da primeira autora.

Michelle Z. Rosaldo organizadora, ao lado de Louise Lamphère, da coletânea *A mulher, a cultura, a sociedade* (1979),⁵ que pode ser considerada a obra que inaugura os estudos antropológicos sobre a mulher (diríamos hoje, estudos de gênero), debruçando-se sobre a dicotomia doméstico/político, postulou ser, por um lado, a divisão da vida social em dois domínios distintos – um público e outro privado e seus estatutos hierarquizados -, e por outro, a sua associação a cada sexo, o principal fator responsável pela posição socialmente subordinada da mulher. Convencida da universalidade das diferenciações nas avaliações culturais de homens e de mulheres e na importância atribuída a elas, Rosaldo enfatiza que a subordinação feminina, feita pela associação da mulher à esfera doméstica, está diretamente relacionada com a sua função na procriação e ao seu papel de mãe.

O esforço da autora em se desprender de concepções biológicas para explicar as desigualdades sexuais a leva a sugerir “(...) que as mulheres parecem ser oprimidas ou necessitadas de valorização na medida em que são confinadas às atividades domésticas, separadas de outras mulheres e do mundo social dos homens” (Rosaldo,1979:59).⁶ Portanto, a associação universal das mulheres com crianças pequenas e suas várias implicações sociais, culturais e psicológicas são vistas como efeitos prováveis, mas não necessários, e são mais propriamente derivados de fatores de organização social do que biológicos.

⁵ ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁶ ROSALDO, Michelle Zimbalist. *A mulher, a cultura, a sociedade: uma revisão teórica*. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Rosaldo (1979)⁷ parece encontrar-se em meio a uma dificuldade, senão metodológica, pelo menos conceitual. Ao mesmo tempo em que propõe: “(...) um modelo estrutural relacionado a aspectos periódicos da psicologia e da organização social, uma oposição entre orientação doméstica e laços extra-domésticos ou ‘públicos’ da mulher que, em muitas sociedades são primordialmente acessíveis aos homens”, sem pretender uma simples “explicação causal” e, ressaltando que “(...) embora o modelo não tenha implicações necessárias com o futuro (...)”, ainda assim sugere que “(...) uma possibilidade para [a elevação do *status* das mulheres] é *entrar no mundo masculino ou criar um mundo público para si mesmas*” (grifo meu).

Entendendo melhor as dificuldades: seria um modelo que não se preocuparia com causas e nem com o futuro, mas, no entanto, aponta para a idéia de que a origem das desigualdades está assentada na biologia dos sexos, já que a subordinação das mulheres refere-se a seu papel de gerar outro ser; além disso, identifica os tipos de mudança que as mulheres podem realizar em “nosso” (das mulheres) benefício. Por outro lado, apresenta, inicialmente, os espaços público e privado como personalizados, identificáveis aos respectivos sexos, sendo que, no primeiro, são os homens que atuam primordialmente, para em seguida, especular uma oposição público/privado (com a ida da mulher ao público), ou público/público, já que sugere a criação de um mundo público para as mulheres. Neste último caso, se existisse uma eliminação do privado criar-se-ia uma ilogicidade, ou seja, não poderíamos ter uma dicotomia com apenas um elemento. E ainda, ao identificar “um mundo masculino” e “um mundo feminino” com seus respectivos papéis, como admitir a existência de sociedades em que “(...) as esferas públicas e domésticas são fragilmente diferenciadas, onde nenhum dos sexos reivindica muita autoridade e onde o enfoque da própria vida social seja o lar” [?] ⁸ A relação entre papéis e os domínios público e privado não é resolvida, assim também como não é resolvida a relação entre situações contextuais e generalizações.

Sherry B. Ortner, seguindo a orientação da dicotomia público/privado de Michelle Z. Rosaldo e escrevendo na mesma coletânea, amplia a discussão da subordinação feminina inspirando-se nas formulações teóricas de Lévi-Strauss sobre a

⁷ ROSALDO, 1979, p. 34 e 53.

⁸ ROSALDO op. cit., p. 53.

oposição natureza/cultura, pretendendo explicar como as diferenças entre os espaços público e doméstico se transformam em hierarquia. Seu artigo intitula-se: *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* Ortner assume o *status* secundário das mulheres como universal e parte para a demonstração de sua tese, qual seja, a de que “(...) a mulher está sendo identificada com – ou se se desejar, parece ser um símbolo de – alguma coisa que cada cultura desvaloriza, alguma coisa que cada cultura determina como sendo de uma ordem de existência inferior a si própria. Agora parece que há uma única coisa que corresponde àquela descrição e é a ‘natureza’ no seu sentido generalizado” (1979: 100).⁹ Sua tese pressupõe a universalidade de estruturas conceituais de pensamento que assumem, apesar das variações, posições hierárquicas quando se trata da valorização da cultura em detrimento da natureza. Desta forma, as mulheres estariam mais próximas à natureza que os homens e ocupariam, segundo ela, uma posição intermediária entre natureza e cultura. A ambigüidade, a mediação que, para Lévi-Strauss, no mundo humano, elas compartilham com as crianças.

Essa posição intermediária foi mostrada recorrendo-se ao fato fisiológico da procriação que, acrescida da identificação com a esfera doméstica pelo papel materno, explicaria a subordinada condição universal feminina. Ortner parece cair nas mesmas armadilhas que Rosaldo (1979),¹⁰ pois, seu argumento conduz, paradoxalmente, à conclusão de que a origem da motivação simbólica da inferioridade feminina estaria, em última instância, na biologia dos sexos.

Fazendo uma interrogação geral podemos perguntar: ora, o ponto de partida não era justamente rejeitar as explicações naturalizantes da dominação? Caberia questionar, também, se a universalidade das estruturas de pensamento que opõem os conceitos de cultura ao de natureza subvalorizando o segundo, faz parte das estruturas universais do pensamento humano (estruturas inconscientes, se retomarmos Lévi-Strauss) como se explicaria as particularidades dos contextos onde essas operações são realizadas? Ora, teríamos que admitir a existência de níveis de construção para os dois conceitos em termos

⁹ ORTNER, Sherry B. *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* In: ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁰ ROSALDO, op. cit

culturais, mas como a própria Ortner admite, essas categorias (natureza e cultura) são categorias conceituais, não podendo encontrar limites no mundo concreto entre os dois estados ou domínios do ser. Como, então, poderíamos avaliar o peso dos conceitos nas mais variadas sociedades sem mesmo considerar que eles pudessem ser diferentes uns dos outros? A questão, mais uma vez, da relação entre categorias conceituais e os matizes culturais de sua operacionalização fica por resolver, não por falta de argumento, mas simplesmente porque não foi suscitada no debate, já que pressupunha uma resposta igualmente universal à questão.

O evolucionismo implícito à teoria da sociedade quanto à proibição do incesto - operação que mostra a descontinuidade da cultura em relação à natureza - que mencionei anteriormente em Lévi-Strauss é, para mim, o ponto que pode explicar a maneira como Ortner, ao tentar superar explicações biologizantes, acaba voltando, ela mesma, à biologia dos sexos para explicar as diferenciações na avaliação do desempenho social de homens e mulheres. O que faz, também, Rosaldo, pois como sabemos, o uso de um raciocínio binário não poderia dar conta de relações tão dinâmicas e multifacetadas entre os grupos humanos e, particularmente, entre grupos de gênero da forma como ela pretendeu; mesmo porque, o raciocínio binário proposto por Lévi-Strauss parece apontar mais para uma possibilidade de mostrar a diversidade da cultura humana, pela combinação de elementos estruturais retirados de um repertório limitado, do que, propriamente, enfatizar uma uniformidade; o que, no fundo, seria considerar uma existência de grande precariedade do poder simbólico da cultura humana.

Comparando essa visão bipolar dos sexos a utilização da oposição público/privado de Rosaldo na tentativa de perceber a falta de contextualização histórica, é interessante refletir sobre as observações de Marília Pinto de Carvalho, segundo a qual:

“(...) essa polaridade entre ‘universos’ público e privado (ou doméstico) é característica do discurso liberal, gestado na Europa do século XVIII, quando a urbanização e a industrialização provocaram mudanças profundas nas formas de organização da vida social, separando o que hoje chamamos produção de mercadorias do núcleo familiar e originando esferas separadas até mesmo espacialmente. (...) Assim, é no mínimo arriscado atribuir a todas as sociedades em todos os tempos a existência de uma divisão entre essas ‘esferas’ ou mesmo de uma distinção entre atividades características ou lugares públicos e privados. Essa é uma classificação que

emerge em nossa organização social e se expressa no pensamento filosófico liberal como polaridade rígida” (1998: 384).¹¹

A despeito da revisão de Rosaldo (1980)¹² da utilização do binômio público/privado como modelo de análise, a força de sua influência continuou presente e, de acordo com Cristiane Lasmar, que se refere à mesma coletânea já comentada aqui:

“É somente em 1987, com a publicação de *Kinship and Gender: Essays Toward on Unified Analysis*, que a dicotomia público/privado sofre um ataque frontal. A noção de que haveria uma esfera doméstica organizada em torno de constrangimentos morais e afetivos do laço mãe/filho que, mesmo possuindo funções políticas, econômicas ou ideológicas, define-se primordialmente por seu papel natural e primário de reproduzir a vida humana é duramente criticada por Collier & Yanagisako, organizadoras da coletânea. Preocupadas com a variabilidade de conceitos atrelados aos gêneros e de estratégias e tipos de poder disponíveis às mulheres, elas chamaram a atenção para o fato de que há diferenças entre as experiências femininas dentro da esfera doméstica e de que essas diferenças se relacionam com as diversas formas de organização cultural, política e econômica” (1997: 98 - 99).¹³

Essas críticas podem ser somadas às observações, anteriormente feitas, sobre a inadequabilidade do uso da dicotomia analítica pretendida universal e, também, à observação de Maria P. Carvalho de que:

(...) mesmo o olhar sobre sociedades ocidentais contemporâneas, quando se liberta das dicotomias dos conceitos, percebe que nelas o público e o privado tanto se articulam como se excluem, se interpenetram e combinam em diferentes maneiras ao longo da história. Talvez o mais interessante seja tratá-los como dimensões presentes em todas as relações sociais e não como mundos ou universos, conceitos espacializados, que nos levam a delimitar lugares e pessoas relativos a cada um”.¹⁴

Os conceitos utilizados objetivavam ligar-se a uma ordenação (separação e controle) que afastava as estudiosas de pensar a diferença em termos relacionais e a se

¹¹ CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa BUARQUE de. (Orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; São Paulo: Editora 34, 1998.

¹² ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos - Gênero*. Porto Alegre, ano I, n. 1, 1995 [1980].

¹³ LASMAR, Cristiane. Antropologia do gênero nas décadas de 70 e 80: questões e debates. *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte, n.1, 1997.

¹⁴ CARVALHO, op.cit., p. 384-385.

posicionar muito mais próximas ao debate político, podendo, neste aspecto, comparar-se ao chamado “feminismo da diferença”, pois,

“[f]alar de uma feminilidade única, homogênea e pressuposta em todas as mulheres, remete a algumas formulações conhecidas como ‘feminismo da diferença’, gestadas na segunda metade dos anos 70 [1970] e bastante desenvolvidas nos anos 80 [1980] especialmente nos Estados Unidos. Em termos muito gerais, poderíamos dizer que esse movimento enfatiza a diferença entre homens e mulheres, tomando cada grupo como homogêneo internamente, um enfoque teórico que significou um desdobramento dos esforços iniciais do movimento feminista dos anos 60 [1960], em que a idéia de igualdade entre os sexos predominava”.¹⁵

Mesmo assim, não se pode esquecer a existência dessas categorias, uma vez que existem socialmente - isto é, na consideração e interpretação e, ainda, no uso feito pela sociedade.

Procurei, dessa maneira, orientações em modelos de análises mais flexíveis (que serão expostos em seguida) que pudessem me instrumentalizar nessa busca de compreender e interpretar a maneira pela qual homens e mulheres, nos espaços familiar e profissional, vão dando forma às suas concepções e relações sociais de gênero.

Sobre o tema: como estudá-lo

A idéia deste estudo, em termos formais, está pautada na construção analítica que cria uma proximidade entre família e trabalho acadêmico (ou vida familiar/vida profissional), considerando ambos como *locus* de práticas e discursos, quaisquer que sejam eles, que são referentes fortes na operacionalização de modelos, de concepções sobre ser homem e ser mulher, o que implica estreita relação, embora não necessariamente de correspondência, entre discurso e prática. Este entendimento é ressaltado por Peter Fry ao dizer que

“(…) mesmo que exista como nos mostrou Kinsey, *uma defasagem entre as representações e a prática, é também, verdadeiro que na medida em que a percepção é forjada e controlada por essas representações a ação social vai ser de certa forma*

¹⁵ CARVALHO, op. cit., p. 381.

*direcionada por essas representações.*¹⁶ Além do mais, e isso é um ponto fundamental, a ação social, mesmo defasada das prioridades estabelecidas pelas representações, será sempre compreendida nos termos que elas estabelecem. Ainda que muitas vezes conflitantes e contraditórias, serão utilizadas na vida cotidiana para explicar, legitimar ou coordenar determinadas ações” (Fry, 1982:89, grifo meu).¹⁷

Logo, meu interesse direcionou-se a investigar o que as pessoas pensam (ou relatam sobre suas idéias), de um modo geral, e fazem em suas relações de gênero. Isto significou situar-me no plano das representações, embora, como visto anteriormente, elas não deixem de se atualizar a partir daí, como mostra Fry (1982), em comportamentos. No caminho investigativo fui tomando e interpretando os relatos dos interlocutores, buscando o significado de suas experiências forjadas naquilo que poderia ser tomado como se fossem o âmbito público e o âmbito privado de suas vidas cotidianas – que, como veremos depois, não são tão distintos assim: “agora, com tudo isso [com todas as atividades de trabalho – do campo do público] sobra muito pouco tempo pra atividades sociais [do campo do pessoal, do privado]”. Tomo como referencial teórico para minha análise sobre este ponto a posição de Clifford Geertz de que, no estudo da cultura, o objetivo é a análise do discurso social; logo, diz ele:

“[n]ossa tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o ‘dito’ no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destaca contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico quer dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana” (Geertz,1989:19).¹⁸

As representações sobre diferenciações de gênero não foram investigadas e não são apresentadas, obviamente, com o intuito de mostrar uma “verdade” do discurso, mas

¹⁶ O mesmo pode-se dizer dos conceitos público e privado, pois seu uso social está pautado numa interpretação que os diferencia entre si, mas que não se encontram limites práticos em suas atualizações, mesmo não deixando de serem nomeadamente descritos.

¹⁷ FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A, 1989.

para chegar a apreender (até onde isso é possível) as concepções que as pessoas têm das situações sociais que vivem.

É importante notar que as relações entre homens e mulheres em quase todas as sociedades documentadas (o que representaria ínfima fração),¹⁹ apresentam-se de forma hierarquizada tendo como valor de referência o masculino (Strathern, 1997).²⁰ Por outro lado, segundo Michel S. Kimmel, a principal forma de um tipo de identidade se construir como hegemônica é desbancando outros tipos, o que significa, considerando focalizadamente os homens, como ele fez, que “[à] medida que o ideal de masculinidade [acrescento, feminilidade] se estabelece este é criado por oposição a um feixe de ‘outros’, cuja masculinidade [ou feminilidade, digo eu] foi problematizada e desvalorizada” (1998:103).²¹ Porém, nos vários espaços sociais existem expectativas diferentes sobre a demonstração prática dessas hierarquias. Assim sendo, as expectativas referentes a isso, por serem expectativas e não simples efeitos diretos da socialização, demonstram o caráter estruturado e estruturante da realidade, isto porque “(...) a socialização totalmente bem sucedida é antropológicamente impossível”, assim como “[a] socialização totalmente mal sucedida é no mínimo extremamente rara, limitada aos casos de indivíduos com os quais

¹⁹ A respeito dos estudos sobre as relações homem-mulher nas diferentes sociedades, Maurice Godelier (1997:149) reflete que pela imprecisão de conhecimento sobre o número aproximado de sociedades à superfície do globo, propõe-se o número de mais de dez mil, a partir de informações obtidas sobre o número de línguas faladas na África, na Ásia, etc, considerando sociedade “(...) um grupo local que reconhece a si mesmo uma identidade, uma história, uma cultura específica distinta, ou seja, opostas às de seus vizinhos”. (...) Ora os antropólogos estudaram até agora cerca de setecentas ou oitocentas sociedades, menos de um décimo do número global que propomos. Os dados sobre oitocentas e noventa destas sociedades estão hoje organizados num vasto ficheiro, os *Human Area Files*, no qual se encontram, para cada população, as informações sobre as relações homem-mulher, a divisão do trabalho, as relações de parentesco, os mitos. Mas existem menos de cinquenta monografias sérias que tenham especificamente por objecto a análise das relações homem-mulher. É, pois, a partir destas informações que se vão organizando hoje em dia as análises e os debates dos antropólogos”. GODELIER, Maurice. Homem-mulher. *Enciclopédia EINAUDI - Parentesco*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.

²⁰ STRATHERN, Marilyn. Entre uma melanesianista e uma feminista. *Cadernos Pagu* n. 8/9. Campinas-SP, 1997.

²¹ KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos: corpo, saúde, doença*. n. 9. Porto Alegre, out., 1998.

mesmo a socialização mínima não é obtida devido a graves condições patológicas orgânicas” (Berger e Luckman, 1999: 216).²²

A atenção a esse fato leva a percepção de que o espaço familiar e o espaço profissional por sua força de espaços de socialização – formação de valores morais e éticos – aparecem, no imaginário coletivo, como espaços privilegiados de expectativas conservacionistas e/ou transformacionistas dos mais variados aspectos do social e, podemos dizer também, daquele de gênero.

Os projetos de vida pessoal e profissional se intercambiam, se aproximam, se conjugam, afirmando-se ou flexibilizando-se, ao longo do tempo, desfazendo-se, por vezes, quando de sua maior incompatibilidade. É neste sentido que investigar representações a partir de projetos, acompanhando as vivências, concomitantes, de vida familiar e profissional, pode nos ajudar a perceber as nuances das situações referentes ao gênero - ou informadas mais diretamente por sua idéia - , analisando como elas se acomodam às estruturas pré-concebidas ou se enquadram (?) em novas ordens de valores:

“E a formação que minha filha ta tendo é, agora, *um pouco mais ampliada*, mas eu tenho muito forte ainda [os vínculos afetivos da família]. Ela também já aprendeu a cozinhar... ela tem todas as prendas domésticas, todas, com a diferença de que ela, hoje, estuda língua, ela estuda música, faz universidade. Então, eu acho que isso é muito cultural mesmo: passa de família, de geração à geração. *Hoje [para a educação dos filhos] a gente acaba por copiar muito do que as nossas mães fizeram de nós.*” (depoimento de uma das mulheres)

Esta posição é orientada teoricamente por Marshal Sahlins.

Segundo Sahlins, há uma relação dialética entre os acontecimentos e as estruturas. “Os homens”, diz ele, “em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é,

²² BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

no tempo, a síntese da reprodução e da variação” (1999: 09).²³ O depoimento seguinte é um indicativo desta dinâmica:

“O que modifica é que o senso crítico da minha filha chegou mais cedo que chegou pra mim, porque pra eu chegar aonde eu cheguei, eu tive que sair, sair do meu estado. Hoje ela não precisou fazer isso. Ela continua em casa; *ela aprendeu todas as prendas domésticas e hoje ela está se preparando profissionalmente*. E ela já antevê, por exemplo, *que ela quer ter filhos, mas que ela quer continuar sendo profissional*.” (depoimento de uma das mulheres)

Isto quer dizer que ao nível do significado, que é o nível da cultura, ser e ação são intercambiáveis.

A essa orientação associei os conceitos de *projeto* e de *campo de possibilidades*, na acepção de Gilberto Velho (1994).²⁴ Tais conceitos auxiliaram no entendimento das interações sociais, possibilitando a análise de trajetórias particulares sem perder de vista o quadro sócio-histórico. Esta abordagem segue a compreensão do referido autor de que o projeto existe no mundo da intersubjetividade, ou seja, “(...) o *projeto* é o instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações *para o mundo*” (grifos do autor).²⁵ Daí sua utilização conjunta com “(...) a noção de campo de possibilidades como dimensão sócio-cultural, espaço para formulação e implementação de projetos”.²⁶ O contexto dessas interações entre o particular e o coletivo pode ser observado nas idéias relatadas de um de meus interlocutores que diz ter ‘descoberto, com o casamento, que **a sociedade toda cobra** que os casais venham a ter filhos’.

Sendo assim, as questões são colocadas no sentido de entender que representações homens e mulheres do grupo pesquisado constroem a respeito das diferenciações de gênero (lembrando que apresentam perfil diferenciado quanto ao

²³ SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

²⁴ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

²⁵ VELHO, op. cit., p. 103.

²⁶ VELHO, op. cit., p. 40.

casamento, tendo a uni-los o trabalho acadêmico com a temática), procurando compreender e interpretar em que estas representações foram modificadas (ou não) quando comparadas ao momento anterior à profissionalização, isto é, como se acomodam às circunstancialidades; numa palavra: como, em certo período, nos é dada a síntese de estabilidade e mudança, tendo em vista que a “(...) coexistência mais ou menos tensa entre diferentes configurações de valores é uma das marcas na sociedade moderna”.²⁷ Veremos exemplo disso, em situações como a refletida no embate que um dos sujeitos (um dos homens) deste estudo faz a respeito da formação de suas filhas: “às vezes, até por incrível que pareça as minhas filhas têm umas posições bem conservadoras em relação a essas coisas, tanto da relação homem com mulher, da relação homem com homem; essas [posições] são reflexos do que elas escutam na escola, que as coleguinhas falam, entendeu?”.

Uma outra fonte inspiradora para este ponto da discussão foi o trabalho de Jeni Vaitsman (1994)²⁹ “*Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*”, onde a autora visualiza um conflito surgido a partir da ruptura da dicotomia entre papéis públicos e privados nos projetos de vida de mulheres que haviam sido adolescentes nos anos de 1940, tendo como elemento de destaque a família. De acordo com sua análise: “(...) essas mulheres não conseguiam repartir, de maneira que sentissem como equânime, o trabalho doméstico, a administração da casa, o cuidado com os filhos. A descontinuidade em relação aos modelos da geração precedente expressa-se em vários momentos e dimensões. Contudo, a fragmentação do mundo feminino vincula-se, sobretudo, à maternidade”.³⁰ A consideração de uma de minhas interlocutoras ilustra este conflito: “[a maternidade] deixa a mulher profissional sempre num grande conflito porque ao mesmo tempo em que gostaria de estar com o filho tem que ficar dividindo o espaço” e, conseqüentemente, o seu tempo. Minha intenção, porém, não se restringindo às mulheres, procura focar, também, a paternidade dentro da idéia de família³¹ e da metodologia que adotei.

²⁷ VELHO, op. cit., p. 98.

²⁹ VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

³⁰ VAITSMAN, 1994. op. cit., p.132.

³¹ Pontuo, inicialmente, a idéia de família dentro do registro feito por Françoise Héritier (1997: 82): “[d]e resto, neste caso concreto, a crença popular no fundamento naturalmente universal da família

O grupo escolhido para a pesquisa, como informei antes, se constituiu de professores e/ou pesquisadores que trabalham com a temática gênero (no ensino e/ou na pesquisa) no âmbito da Universidade Federal do Pará - UFPA. O número estrito de informantes foi de quatro pessoas. Contudo, pela especificidade do assunto tratado houve, podemos dizer assim, um envolvimento “direto” das outras pessoas com quem os informantes se relacionam, criando, dessa forma, uma malha interativa pela necessidade de, ao falar de si **com** os outros, aproximar aqueles que fazem parte das suas experiências significativas de vida. O que implica em dizer que este, aparentemente, pequeno conjunto, é, na verdade bem mais ampliado.

Para recuperar as referências entre projetos de vida no passado e sua vivência ou não na atualidade, trabalhei com pessoas em faixas etárias diferenciadas entre vinte e cinco e quarenta e cinco anos de idade, ou seja, pessoas que nasceram e viveram a partir (mais perto, mais longe) do iniciar da década de sessenta do século XX. Esse período foi demarcado com o intuito de acompanhar as possíveis configurações familiares e concepções de gênero dessas pessoas que começaram suas vidas (infância ou adolescência) em meio aos momentos iniciais da atuação do movimento feminista no Brasil (anos 70 do último século) - que, como sabemos, é caudatário dos acontecimentos importantes e revolucionários dos anos 1960 (Golgenberg & Toscano, 1992)³² - passando pela emergência dos estudos acadêmicos da ou sobre a mulher para os estudos sobre relações de gênero (anos de 1980) (Heilborn, 1992; Machado, 1992; Sorj, 1992).³³ Não, propriamente,

não remete para uma entidade abstrata susceptível de tomar formas variáveis no tempo e no espaço, mas de maneira muito precisa para um modo de organização que nós é familiar enquanto membros da civilização ocidental, e cujos traços mais significativos são a família conjugal baseada na união socialmente reconhecida de um homem e de uma mulher, a monogamia, a residência virilocal, um certo reconhecimento da filiação e da transmissão de nomes através do homem, a autoridade masculina”. Cf. HÉRITIER, Françoise. Família. *Enciclopédia EINAUDI* - Parentesco. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.

³² GOLDENBERG, Míriam & TOSCANO, Moema. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

³³ HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992; MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade (idem, 1992. pp. 24-38)); SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade (ibdem, pp. 15-23).

por causa do movimento ou dos estudos feministas, mas pelas transformações na vida social que elas indicam.

Este trabalho compõe-se, na verdade, de um mosaico - feixes de relações intersubjetivas - que ultrapassa as fronteiras da família e da profissão para se colocar em meio à efervescência da vida social propriamente dita, em seus diversos âmbitos, os quais de fato, só têm seus contornos estabelecidos de modo didático para efeito e necessidade da análise. Apesar desta consideração, para a investigação, propus o tema no limite da comunicação entre família e prática profissional, para que sirvam de pontos norteadores para as considerações elaboradas a partir dos dados apreendidos dessa realidade sobre a qual estou me debruçando. Consoante com esta posição está o propósito de perceber que representações de gênero são construídas em torno das identificações deste “tipo” particular de pessoas, se estas representações se diferenciam (e como) entre homens e mulheres quando em referência ao espaço familiar e ao espaço do trabalho profissional. Assim, as questões são orientadas ao objetivo de entender, na verdade, como se constroem e operam as concepções de gênero desses sujeitos a partir da interação família e profissão.

No que se refere, mais especificamente, aos interlocutores, este estudo foi realizado com pessoas pertencentes a segmentos de camadas médias urbanas e teve como objeto **um grupo de quatro pessoas, dois homens e duas mulheres, socialmente brancos,**³⁴ **com formação superior,** que tiveram acentuados elementos relacionados a seus projetos de vida, os quais são analisados, por meio de uma visão retrospectiva, quanto às suas dinâmicas de gênero no interior do grupo familiar (considerando família consanguínea e/ou família conjugal).

Discutir as relações entre homens e mulheres de camadas médias urbanas na sociedade belemense hoje, poderia parecer, de antemão, ser um exercício pouco produtivo pela conotação pretensamente masculinizada dos discursos que caracterizam o contexto do assunto que diz respeito às diferenciações de gênero. Foi justamente pela familiaridade³⁵

³⁴ O que significa, considerando nossa sofisticada classificação de cor, que eles que eles não podem ser identificados como negros (ou pretos), nem como morenos.

³⁵ Como já refletiu Roberto DaMatta é preciso, numa atitude epistemológica, estranhar o familiar. DaMATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson

e aparente certeza dessa realidade que fui levado a duvidar que os enlaces criados no contato social se dêem monoliticamente: um discurso pronto que levaria a uma prática correspondente.

Ao privilegiar o estudo de concepções de gênero entre pessoas que exercem atividade intelectual na academia a partir de suas relações familiares e profissionais, a investigação se pautou no intercâmbio discursivo sobre o contexto das práticas vividas nestes ambientes de sociabilidade. Coloquei-me, em decorrência disso, em uma posição claramente definida como “aquele que investiga”, posto que não seria viável, neste momento, outra forma de presença.

Os elementos referidos acima dizem respeito à interação e/ou intersecção entre família e profissão tendo em vista as relações de gênero, pois, estas pessoas, “por dever do ofício”, fazem da questão do gênero seu objeto acadêmico de estudo, portanto, lidam com elas diferentemente de outras pessoas:

“Como eu sou uma pessoa que tem um envolvimento com essas relações de gênero, essas relações de discriminação [com a discussão teórica sobre estas diferenciações], então, eu tenho muitas expectativas no sentido de (...) contribuir pra que elas [suas filhas] consigam romper com discriminação na relação de gênero; elas possam ser mulheres emancipadas, possam ser mulheres... emancipadas. Eu tenho isso muito presente, discuto muito isso com minha esposa, com a minha companheira. Não sei se ela tem essas questões muito claras, mas eu tenho.” (um dos homens entrevistados)

A atenção ao campo das interações sociais nesses ambientes, se deve, entre outras coisas, ao fato de que a vida acadêmica, por ser acompanhada do *status* de intelectualidade, pode oferecer um quadro analítico significativo das ações que são informadas pelas injunções de gênero (“*gendered*”). De sorte que, no contato com elas, coloquei-me diante dos depoimentos para ver como se davam os discursos, como os agentes desses discursos falavam, como eles se viam em meio às próprias falas. Em suma, fui às pessoas mesmas, profissionais situados no tempo e no espaço.

(Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Ver também em Gilberto Velho, *Observando o familiar*, na mesma obra, essa discussão sobre a produção de conhecimento a partir de situações, aparentemente, conhecidas do cotidiano.

Para encontrar os sujeitos, meus interlocutores neste trabalho, fiz contato direto com eles na universidade. Alguns eu já conhecia; foi, então, que a partir dos contatos iniciais procurei ampliar as conexões até chegar ao número de quatro informantes definidos para a realização da pesquisa. Esse número reduzido de informantes surgiu como exigência de duas ordens: primeiro, pelo tipo de investigação a que me propus, posto que o primeiro eixo de análise – projetos de vida – necessitaria de levantamento sobre os conteúdos vivenciais que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais. E, segundo, dada a grande dificuldade que enfrentei para encontrar pessoas que se enquadrassem no perfil estabelecido e, além disso, se dispusessem a participar como interlocutores deste estudo. De sorte que, pela metodologia utilizada, estes sujeitos puderam representar significativamente o grupo nos indivíduos particulares.

Na realização da coleta de dados utilizei conversas informais, entrevistas semi-estruturadas com aprofundamento. Como não era objetivo ter acesso direto às experiências de meus interlocutores (até pelas dificuldades decorrentes do tipo de interlocutores e do tempo disponível para realizar o trabalho), ouvi os relatos acerca delas procurando interpretá-las, de modo que pudessem se tornar o retrato, o mais fiel possível, de sua interpretação sobre a realidade; ou seja, com esta forma de contato procurei criar a abertura compreensiva do conhecimento que me levasse a saber o que suas falas demonstravam sobre o grupo investigado, dado “(...) a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas” (Minayo, 1994: 109-110).³⁶

Para transcender as falas e chegar ao conteúdo/discurso foi preciso agregar mais elementos ao horizonte de minha escuta; por isso, em decorrência do meu propósito, utilizei, também, a técnica das histórias de vida para dar suporte a análise dos depoimentos quanto a sua relação com os objetivos propostos para esta pesquisa. Busquei, assim, encontrar a coletividade a partir do particular, posto que nas histórias de vida, o interesse

³⁶ MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro: HUCITEC, 1994.

do pesquisador “(...) está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o informante pertence” (Queiroz, 1988: 20).³⁷

Com essas técnicas procurei apreender, olhando a partir da dinâmica de gênero, as relações entre família e profissão, isto é, os aspectos concernentes às possíveis diferenças e/ou semelhanças nas interpretações dos sujeitos - nesses ambientes diferenciados como familiar e profissional. E nos quais, mesmo vivendo suas vidas sem deixar de ser únicos, parecem precisar se desdobrar em duas ou mais vidas para dar conta do campo ampliado de suas relações.

Muitos trabalhos na área da Antropologia no Brasil (desde Velho, 1989 [1973])³⁸ já vêm tomando como interlocutores pessoas das camadas médias urbanas intelectualizadas. Porém, a característica do grupo com que trabalho traz um elemento diferenciado em relação a outros, penso eu. São pessoas com educação superior em nível de mestrado e doutorado que estão ligados à discussão de gênero na pesquisa e/ou no ensino. Ou seja, são sujeitos que, pretensamente, apresentam familiaridade com a temática e que se dispuseram a fazer parte de uma investigação que os coloca no centro da discussão particular – colocando sua vida pessoal e profissional em pauta - daquilo que, talvez, seja uma das coisas sobre as quais eles mais refletem teoricamente no âmbito de sua atividade profissional.

Como a maioria das pesquisas, esta não foi diferente em termos das dificuldades apresentadas em seu desenvolvimento. Uma das maiores, talvez tenha sido conseguir inserir a entrevista na tão agitada e recheada agenda desses profissionais – isso deixando de lado o primeiro passo, que era a concordância em participarem como sujeitos neste estudo. Assim, mesmo aceitando, algumas dificuldades se mantinham. Tal foi o caso,

³⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1998.

³⁸ VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989 [1973].

por exemplo, em que para fazer uma entrevista precisei de três meses de espera, no decorrer dos quais marcávamos, sem sucesso, encontros de duas em duas semanas.

No processo que englobou os contatos e os convites para a colaboração com a pesquisa criou-se um movimento de aproximação-distanciamento curioso mas, certamente, não inusitado, onde as pessoas que me eram mais próximas foram se afastando, numa espécie de “fuga”, e os menos conhecidos e os desconhecidos mostraram-se mais dispostos à participação e, conseqüente, “exposição”. Em virtude deste fato, por exemplo, a pesquisa de campo, iniciada em março e programada para encerrar no mês de junho teve que ser estendida até o mês de julho de 2003. Por outro lado, como já conheciam o “ritual” da entrevista, todos se colocaram à disposição da gravação das conversas e, em certos momentos, ritmavam suas falas de acordo com o trocar das fitas.

De sorte que neste processo de relação/negociação com os informantes, eles concordaram não só em falar, mas consentiram que eu expusesse (anonimamente para eles) as particularidades/os “bastidores” de suas vidas, como faço aqui.

As entrevistas aconteceram na universidade onde trabalham e/ou estudam, com exceção de uma, feita na casa do entrevistado, por solicitação do mesmo. As gravações foram sempre longas contando entre uma e duas horas no início e no fim das quais mantínhamos conversas informais sobre o tema, por períodos mais ou menos de trinta minutos. Fiz as entrevistas em salas de aulas, nas salas dos professores e nos corredores sempre escolhendo lugares onde podíamos ficar acomodados e com o espaço reservado a nós naquele momento.

Ressalto, ainda, que as entrevistas para esta pesquisa entravam, na maior parte das vezes, como mais um item em suas agendas de atividades profissionais. Este fato, criou em mim um receio imediato de que a definição antecipada de um horário para o início e para o término das gravações inibisse o fluxo normal dos depoimentos em face da necessidade de ter que seguir as questões orientadoras. Contudo, essa expectativa não se confirmou porque, mesmo com o encontro ‘agendado’, o tempo foi bastante flexibilizado por eles em virtude de seus envolvimento com o assunto.

Um fato que me pareceu interessante, por isso digno de nota, foi que um dos entrevistados solicitou o projeto de pesquisa para leitura prévia, talvez, para conhecer sua estrutura e seus objetivos; essa foi a primeira impressão que tive e que depois se confirmou, como veremos nos capítulos seguintes, quando direcionava sua fala dizendo frases do tipo “olha, isso é outra coisa que tem a ver com gênero”. É mais comum, e isto é de amplo conhecimento no meio acadêmico, que os participantes das pesquisas queiram ter acesso ao trabalho escrito, o resultado da pesquisa, ao que nenhum deles fez menção. Uma hipótese a esse respeito é a maior facilidade de acesso que poderão ter ao material já que ele circulará em seu meio profissional.

Como já disse antes, os sujeitos da pesquisa foram dois homens e duas mulheres. Na tentativa de preservar suas identidades (apesar de alguns deles terem acenado para a não importância desse fato) farei uma descrição geral procurando mostrar que eles preenchem o perfil definido.³⁹ Um dos homens, Miguel, tem cerca de 40 anos, é casado no civil e no religioso (rito católico) há doze anos. Possui duas graduações, fez mestrado e doutorado; tem duas filhas pequenas, ainda crianças. Sua esposa tem mestrado e trabalha como professora em universidades particulares. Tomaz, o segundo homem, tem aproximadamente 25 anos, é solteiro, mantém um namoro de alguns anos com uma moça que cursa o ensino superior; mora com os pais que são casados há cerca de trinta anos e cursa o doutorado. Ruth, uma das mulheres tem cerca de 40 anos é casada há dezessete anos só no civil e tem uma filha adolescente, seu marido é bancário; diferenciando-se dos outros, que se dizem católicos, sua religião é a evangélica (portanto, os quatro são ditos cristãos). A outra mulher, Inês, tem cerca de 30 anos é casada há cinco anos, no civil, e não tem filhos. Tem duas especializações e, atualmente, cursa o mestrado. Seu marido possui formação em nível superior e é funcionário da administração pública.

³⁹ Na fase inicial do projeto de pesquisa tinha sido estabelecido que os sujeitos da pesquisa seriam pessoas que se encontram na faixa etária entre os trinta e quarenta anos de idade. Porém, dadas as dificuldades de encontrar pessoas dentro do perfil restrito estabelecido, foi necessário que houvesse uma flexibilização no critério idade, sendo que este acabou sendo dado de dentro para fora, ou seja, a partir da constituição do grupo; neste ponto foi como se os meus entrevistados tivessem me escolhido e não eu a eles; contudo foram mantidos os outros critérios. Além destas características apresento, também, o quadro com uma descrição geral dos entrevistados no final da Introdução. Os nomes atribuídos a eles são fictícios, feitos através de uma escolha aleatória, mas que possuem um acento religioso, tal como encontrado neste grupo.

Os capítulos que seguem mostram o resultado de uma pesquisa que visou ao aprofundamento de questões que dizem respeito à forma pela qual as representações sociais agem atualizando modelos de referência de gênero do grupo investigado no interstício de dois campos (o familiar e o profissional), considerados aqui como relevantes para esta investigação. Estes campos compõem, juntamente com outros elementos, uma espécie de estrutura da vida cotidiana. Segundo a filósofa Agnes Heller:⁴⁰

“A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.(...)”

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (Heller, 2000: 17-18).

Para consubstanciar esse exercício procuro, sempre que possível, relativizar os resultados com outros achados etnográficos apresentados em estudos feitos dentro e de fora da sociedade conhecida como ocidental.

Procuro, finalmente, interpretar os projetos de vida dos entrevistados seguindo a compreensão de que as representações sociais informam e são informadas pela configuração das práticas de gênero. Estou, desta forma, interessado no processo de configuração destas práticas como algo dinâmico, performático, por meio do qual as diferenciações sociais de gênero se insinuam cotidianamente.

⁴⁰ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAPÍTULO II

FAMILIARIZANDO-SE COM A VIDA FAMILIAR:

O TRÂNSITO POR ENTRE AS PESSOAS DA “FAMÍLIA”

A Antropologia, como é de seu feitio e tradição, tem se voltado cada vez mais para a problematização de conceitos que até há pouco tempo pareciam estar imunes a qualquer investida teórica. É neste sentido que conceitos tão claramente definidos como os de homem e de mulher e suas mediações nos espaços sociais começaram, em determinado momento, a ser avaliados, repensados teoricamente. As primeiras tentativas nesta direção¹ tornaram-se pontos de apoio para projetos maiores que procuraram dar conta da explicação do modo pelo qual aqueles sujeitos constroem e vivem suas relações interpessoais.

Pensando nesta perspectiva, o convite para a leitura deste capítulo (e para o próximo) é que vou procurar analisar as concepções em torno da forma que homens e mulheres, ao longo de suas vidas, vão dando as experiências que podem ser interpretadas na área da Antropologia, no âmbito dos estudos de gênero.

O capítulo apresenta-se dividido dois em tópicos que objetivam facilitar a incursão pelos meandros da vida doméstica – no sentido mesmo de vida familiar - do grupo entrevistado. O primeiro, **Um convite à casa ou, apresentando a família**, expõe as representações sobre diferenciação de gênero dos entrevistados relativas às mediações presentes nos contactos com parentes e não-parentes com quem eles mantêm uma relação

¹ O fato de a Antropologia clássica direcionar seus estudos para a organização social e parentesco faz Suárez (1997: 40) considerar como “desvios temáticos significativos” desse momento (anos 20/30 do século vinte) os trabalhos de Bronislaw Malinowski, Gregory Bateson e Margaret Mead, respectivamente, *A vida sexual dos selvagens* (1983); *Naven: a survey of the problems suggested by a composite picture of the a New Guinea tribe drawn from three points of view* (1965) e *Coming of age in Samoa* (1928) - os dois primeiros produzidos na Inglaterra e, o último, nos Estados Unidos. Mead foi, dos três, quem conseguiu indicar a possibilidade de se fazer da construção do gênero um tema de perspectiva ampla, inclusive como categoria comparativa de diversas sociedades, entre as quais fez questão de incluir a sociedade americana como um de seus principais alvos de análises críticas. Essa iniciativa de discussão sobre a relação homem-mulher faz com que Mead, juntamente com Malinowski e Bateson, seja “(...) considerada precursora dos estudos que problematizam a construção de gênero e das relações que nela se baseiam”. Cf. SUAREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia: In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

de proximidade, ou seja, pessoas que podem ser tomadas como fazendo parte de suas experiências significativas de vida neste âmbito do cotidiano; compõem esse grupo, principalmente, parentes, amigos e colegas de estudo e trabalho. O segundo tópico – **A(s) pessoa(s) em “sua(s) casa(s)”**, seguindo a mesma orientação, mergulha nas múltiplas situações inerentes à vida social, destacando as relações referidas e não referidas pelos entrevistados como sendo “relações de gênero”, para focar o significado de sua representação social.

Para as discussões estarão presentes, também, asserções de outras áreas do conhecimento científico bem como do próprio movimento feminista, uma vez que este movimento acompanhou, de certo modo, o surgimento do campo acadêmico denominado Estudos da Mulher e porque, também, ao reivindicar direitos iguais para ambos os sexos, ele construía imagens tanto de um quanto de outro. Neste sentido, Arilha, Unbehaum e Medrado, organizadores da coletânea *Homens e Masculinidades* (2001) registram em sua introdução que:

“[n]o Brasil, a produção teórica e política sobre gênero têm acompanhado a movimentação de feministas, que aqui se iniciou mais tardiamente do que na Europa e Estados Unidos. Convencionou-se situar o ponto de partida do movimento feminista brasileiro contemporâneo na segunda metade dos anos 70, particularmente com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975” (2001:20-21).²

Os estudos acadêmicos inicialmente realizados, em sua maior parte, por mulheres/feministas receberam inicialmente o rótulo de Estudos da Mulher; depois estudos das Relações de Gênero, por se entender que as identidades feminina e masculina são definidas na relação entre homens e mulheres. Esta posição sofreu críticas, inclusive das próprias feministas que diziam que, apesar dos termos, os estudos estavam centralizados na figura feminina não discutindo a participação masculina na dominação (Heilborn 1992; Machado, 1992).³ Mais à frente, passou-se a utilizar a denominação Estudos de Gênero

² ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

³ HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992; MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade (idem, 1992. pp. 24-38).

(década de 1980), pois, ao dizer gênero já estaria se falando, ao mesmo tempo, de homens e de mulheres. E hoje, fala-se também, em termos da construção de masculinidades e feminilidades (Nolasco, 1993; Connel, 1995; Kimmel, 1998).⁴

Seguindo esta linha de raciocínio irei focar, mais detidamente neste primeiro momento, aspectos da construção das imagens de mulheres e de homens em relação ao campo de suas relações pessoais/familiares; o campo das relações profissionais será tratado no capítulo três.

Um convite à casa ou, apresentando a família

Elegi os relacionamentos afetivos como porta de entrada para a vida dos entrevistados. Como já disse, três deles são casados e um é solteiro, ou seja, dos quatro, somente Tomaz possui apenas a família consanguínea, embora mantenha, como já referi, uma relação de namoro há vários anos; os outros têm tanto uma família consanguínea quanto uma conjugal. Logo, as mediações do grupo estão sendo colocadas dentro de, pelo menos, oito famílias; se ainda considerarmos (como me parece razoável), a família da namorada de Tomaz.

A respeito dessas condições ou relações sociais (parentais e de aliança) na referência ao casamento, Ruth é casada e tem uma filha adolescente. Inês, por sua vez, demonstra grande ligação com os princípios de sua religião: “eu acho o meu casamento ‘interessante’ porque, apesar de eu ser católica, optei apenas pelo casamento civil”. Casamento, para ela, “é uma relação que perpassa pelo companheirismo, pelo respeito, pela transparência; se não tiver isso, não tem casamento”. No caso de Miguel, este diz ser “uma relação que envolve tanto a questão jurídica (civil) quanto a religiosa”. Tomaz, sendo solteiro, possui lugar de fala sobre o casamento diferente dos demais: “uma vida de casado é totalmente diferente, é uma outra relação; tu vás ser o cara que é casado com uma mulher, que mora numa casa, tu tens uma família; tu mudas de papel totalmente, tu não és

⁴ NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20 (2): jul/dez., 1995; KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos: corpo, saúde, doença*. n. 9. Porto Alegre, out., 1998.

mais o filho de tua mãe e de teu pai; tu vás ser um pai que tem um filho, que tem problemas e, também, felicidades”.

Os interlocutores mostraram-se sempre compenetrados quando eram levados a falar sobre os seus relacionamentos afetivos. A forma de se referir a suas uniões, para todos, está diretamente ligada ao chamado modelo de casamento moderno e, por extensão, de família conjugal moderna.⁵ O primeiro, fundado no amor e na livre escolha do cônjuge e, a segunda, caracterizada pela divisão sexual do trabalho, pela dicotomia entre público e privado, atribuída segundo o gênero, e representada pela presença das figuras do pai, da mãe e dos filhos, mesmo onde estes últimos “ainda” não se fazem presentes. A esse respeito é emblemática a experiência de Miguel, sobre quem a família de origem fez “sempre uma grande pressão” para que casasse com sua namorada, uma vez que “já tinham filho”. E, também, o depoimento de Inês, que se encontra em situação diferente e inversa a de Miguel, quando diz:

“Bom, *eu penso em ter filhos*, mas eu... como eu não havia planejado... eu passei toda a minha infância, adolescência, juventude não planejando ter filho... caso isso não ocorra, eu não vou ficar... se eu não tiver um filho meu, ‘meu de sangue’, eu não vou ficar traumatizada; eu posso adotar, *eu posso ter outras alternativas*”.

Veja-se que, no caso de Inês, na situação em que o casal se encontra - sem filhos (e esta é a idéia prevalecente no depoimento, ou seja, a de situação transitória, passageira, que logo será contornada) -, outras alternativas podem ser praticadas, mas sempre alternativas que não incluem a possibilidade de não ter/continuar sem filhos, como é o caso, inclusive, da possibilidade da adoção.⁶

⁵ Sobre a discussão sociológica a respeito deste modelo casamento e família e suas transformações (e crises) ver, entre outros: VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994; VAITSMAN, J. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: PUPPIN, Andréa Brandão & MURARO, Rose Marie (Orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001; MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

⁶ A adoção aparece no imaginário popular como um recurso para casais que não podem ter filhos ou que querem aumentar o número dos seus. No entanto, a adoção realizada por pessoas solteiras já era um direito mesmo no anterior código civil brasileiro de 1930. Sendo que para realizar a adoção deveria se observar a maioria e a diferença, mínima, de dezesseis anos entre quem adota e quem é adotado.

Inês chegou a viver, há pouco tempo atrás, a situação de um pedido de separação por parte de seu marido, em que este alegava para tal o fato de não terem filhos e de que não mais conseguiriam tê-los, por causa de sua idade - ela já tem mais de trinta anos:

Eu sou mais velha que ele, então, ele coloca pra mim... tem uma preocupação muito grande que eu não consiga mais ter filho. Eu digo pra ele que isso é preconceito.(...). E eu posso te dá um dado a mais: há um mês eu venho vivendo um pedido de separação por ele e a primeira justificativa era ‘nós não temos filho, nós não vamos ter mais. Acho que Deus está contra mim, dizia ele’.

O quadro exposto pode ser analisado, considerando o principal argumento do marido e o comentário de Inês, tomando o período compreendido entre a primeira menstruação e a menopausa em que, em muitas sociedades, geralmente, se define o sexo feminino, sem nenhuma restrição, como mulher, considerando principalmente a sua capacidade reprodutiva. Neste aspecto, é interessante a discussão apresentada por Motta-Maués sobre os achados etnográficos de seu estudo na comunidade amazônica de Itapuá (1993 [1977]) no norte do Brasil.⁷ De acordo com esta autora, é somente no período compreendido entre a primeira menstruação e a menopausa que a identificação do sexo feminino é ligada a uma definição de feminilidade: “[n]a verdade, todas as ameaças ou perigos e as prescrições e proibições, que os processos naturais acarretam, são impostos à mulher apenas no período de sua vida que decorre entre a menarca e o climatério, portanto enquanto ela é definida, sem restrição alguma, como *mulher*” (123, grifo da autora). Desta forma, o período anterior, que termina com a primeira menstruação e o posterior que se inicia com a menopausa, alteram o *status* do sexo feminino, criando uma indefinição de sua sexualidade.

O contexto desse “drama”, por assim dizer, vivido pelo casal está assentado na idéia de senso comum, da existência de uma idade para a gravidez (desejada e esperada, entre nós, antes dos trinta anos de idade) que não se atrela aos períodos medicamente

⁷ Para aprofundamento consultar: MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. *Trabalhadeiras e Camarados: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA, 1993 [1977].

considerados. E também, à concepção compartilhada entre eles de uma espécie de “incompletude” de sua família, se composta, como até agora, apenas pelo casal. Vejamos as palavras de Inês, em que esta refere isso, inclusive: “Eu entendo assim, ele também compreende assim, *nós ainda não somos uma família, nós somos um casal. Teremos uma família no momento em que tivermos um filho*”. E ela completa, numa espécie de análise para mim: “Isso também é um conceito de gênero, um padrão que é colocado pela nossa sociedade”.

Isso tudo comporia - apesar das marcas negativas que se criariam na esfera da afetividade - a justificativa para se desfazer o casamento de Inês. Esse aspecto pode ser ilustrado recorrendo-se as ‘teses’ sobre o casamento que aparecem na literatura sobre o assunto e que apontam para a relação entre sexo e poder no casamento. Como descreve Phyllis Rose na obra “*Vidas paralelas*”⁸ em que trata de cinco casamentos vitorianos:

“Qualquer que seja o equilíbrio de forças, todo casamento se baseia em algum acordo entre os dois parceiros, articulado ou não, acerca da importância relativa e da primazia de certos desejos. Os casamentos desandam não quando o amor [‘recusa momentânea em pensar sobre outra pessoa em termos de poder’] desaparece – o amor pode sofrer reformulações e transformar-se em afeto sem separar as duas pessoas - , mas quando esta compreensão sobre a distribuição do poder sofre algum abalo, no momento em que o membro mais fraco [a mulher] se sente explorado ou o mais poderoso [o homem] se sente indevidamente recompensado por sua força” (1997: 16).

O objetivo da procriação fracassado no caso de Inês e seu marido - se considerarmos, em maior ou menor grau, ambas as posições - o autorizaria, dentro desta lógica política, a desfazer a aliança.

Estas representações não deixariam de estar e/ou de entrar em contradição com a idéia do amor e da liberdade movendo a escolha do cônjuge que, pretensamente, informa nossas práticas nesse campo, a qual, como sabemos, releva a idéia de ‘amor romântico’

⁸ Nesta obra a finalidade da autora é, segundo ela mesma, em parte feminista e literária. A história que conta sobre cinco casamentos vitorianos assexuados (Jane e Thomas Carlyle, Effie Gray e John Ruskin, George Eliot e George Henry Lewes, Harriet e John Stuart Mill e Catherine e Charles Dickens) pretende despertar, como ela diz, “(...) questões sobre o papel do poder e a natureza da igualdade no interior do casamento, pois tomo como ponto de partida a existência de uma ligação entre a política e o sexo.” (18). Cf. ROSE, Phyllis. *Vidas paralelas: cinco casamentos vitorianos*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

que nossa sociedade erigiu como um valor, impossível de desconsiderar, mesmo que não seguindo suas “leis” todas (Viveiros de Castro e Araújo, 1977; Giddens, 1993; MacFarlane, 1990).⁹ Estas concepções aparecem, por exemplo, quando Inês se refere à fidelidade:

“Eu penso assim, de uma forma fechada, eu sei que eu tenho essa perspectiva maniqueísta, mas assim eu penso a relação a dois; o casamento que eu penso de fato é monogâmico porque eu acredito... *eu só optei pelo casamento porque eu amava*. Eu sou fiel a ele, ele precisa ser fiel a mim, senão não tem respeito, não tem transparência, não tem nada; fica difícil”.

O amor romântico evoca a livre escolha do parceiro e a projeção de suas expectativas nele: “[t]al amor se projeta em dois sentidos: apóia-se no outro e idealiza o outro, *e projeta um curso do desenvolvimento futuro*” (Giddens, 1993: 56-57, grifo meu).¹⁰ Desta forma, o projeto a dois não permite a ‘inclusão’ de uma terceira pessoa para o que não se encontraria motivos justificáveis como seria no caso contrário, de um casamento obrigado por determinações familiares, visto como o oposto deste.

Sobre o aspecto acima mencionado, Marlise Matos (2000), na obra em que estuda as recentes transformações na dinâmica familiar e de gênero a partir de um olhar transdisciplinar que transita entre sociologia e psicanálise, faz uma importante consideração:

“[Q]uando ‘escolhemos’ nossos (as) parceiros (as) e estabelecemos um vínculo amoroso [sua designação para laço conjugal], definimos concomitante e publicamente, uma posição de gênero e outra posição moral, que trazem tanto a marca do cultural/social quanto a identificatória/subjéctiva (...). Neste sentido, é possível também verificar as diferentes formas como nos integramos ou nos distinguimos na sociedade, especialmente naquilo que tange à dimensão do gênero” .¹¹

⁹ VIVEIROS DE CASTRO & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, G. (Org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: amor e erotismo na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993; MacFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰ GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: amor e erotismo na sociedade moderna*. São Paulo: Editor da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹¹ MATOS, op. cit. p. 11.

Trair, como mostrou Telma Amaral Gonçalves (1999),¹² a partir do material coletado em seu estudo sobre o casamento, implica em desprezar o parceiro. No caso em exame, o respeito é complementado por mais um elemento na tentativa de sua manutenção - a transparência. Este último termo, é uma categoria do discurso amoroso ou sobre o relacionamento amoroso que começa a aparecer mais recentemente, nos anos de 1990 - tanto quanto 'cumplicidade' que parece ser seu par perfeito. E que, aliás, aparece como termo recorrente, nos discursos dos casais mais jovens estudados por Gonçalves (1999).

A posição de Miguel também se aproxima da discussão sobre as marcas do coletivo com a afirmação da subjetividade, quando diz que sua esposa gostaria que ele fosse um marido mais convencional, como são os seus irmãos, que têm ciúmes de suas esposas e sempre estão mais tempo em casa; ele chega a dizer, por essa razão, que não nasceu "para ser marido": "eu penso assim, um tipo ideal de marido, eu não me enquadrando neste tipo ideal de marido [risos], entendeu? Mas eu acho que ela [sua esposa] gostaria que eu me enquadrasse". Estas falas, ao mesmo tempo em que mostram a presença de um modelo de marido (portanto, de casamento) posto socialmente, em que há recusa em participar dele, mostram, por outro lado, que essas são configurações de práticas sociais diferenciadas, mas que sempre estão sendo referidas a uma determinada figura e sendo solicitadas a seu enquadramento. São aspectos vivenciados, falados entre o casal, mas que são desvalorizados em relações mais amplas, isto é, quando são mostradas para "fora", para a sociedade mais ampla; esta é a conclusão que se retira da percepção e, de certa forma, da análise, que Miguel faz, em seguida, do seu relacionamento:

"Eu achava que ia ser uma coisa ideal por causa da minha formação religiosa que mostrava que tinha que ter um namoro, um noivado... apesar de eu achar 'careta', eu pensava que ia ser assim, porque os meus irmãos todos foram assim. Não foi assim que se constituiu. Talvez fossem coisas seqüenciais, lineares, que não existem; muito ideológicas.

Eu sempre via muitos casais que brigavam, muitas vezes insatisfeitos, e isso me preocupava um pouco porque se eu via tudo isso neles, eu ficava pensando: 'puxa, mas será assim, eu espero que não seja assim'; eu sempre tinha isso.

Eu acho que eu [depois de casado] passei a achar que não existe casal perfeito. A gente já está junto há doze anos, marcados por muitas brigas, muita tensão, mas também por muito amor, entendeu? muito projeto coletivo. Eu cheguei à conclusão de que aqueles casais perfeitos não existem, e que o relacionamento é uma construção".

¹² GONÇALVES, T. A. *E o casamento, como vai?* Um estudo da conjugalidade entre camadas médias urbanas. Belém, 1999. CFCH/UFPa. Dissertação de Mestrado.

Um elemento que contrasta o depoimento de Tomaz com o de Ruth, a seguir (observe-se também que há, entre eles, uma diferença de cerca de vinte anos idade), e, ao mesmo tempo, afirma a orientação religiosa cristã de todos os entrevistados bem como seus embates com ela - é a questão do relacionamento sexual para a consolidação da união. Tomaz considera, a partir de seu ponto de vista de solteiro, que “uma vida de casado é totalmente diferente”, “tu mudas de papel totalmente, tu não é mais o filho de tua mãe e do teu pai; tu vás ser um pai que tem um filho, que tem problemas e também felicidades”. Imagina, assim, um modelo de casamento considerando, principalmente, duas questões que, segundo ele, são “uma coisa muito complicada nesse modelo de casamento cristão”. A primeira, que é “o grande problema do casamento, quando a gente vai falar da individualidade das pessoas”, “mas o modelo seria um casamento onde a gente pudesse ser cúmplice um do outro”. A outra questão de grande importância, para ele, refere-se a assuntos que envolvem a sexualidade:

“Uma coisa que eu penso, será que no casamento... claro que tem muitos casos que mostram que não [acontece dessa forma], mas tem uma infinidade de outros, que mostram que o casamento acaba levando pra monotonia, *pra um ‘amornamento’*, vamos dizer assim; a relação fica mais apagada, [*não é mais do que uma amizade*] sabe como é.”

Apenas para fazer uma (até) curiosa comparação, portanto, sem pretender criar ou cair num anacronismo, digo que é como se Tomaz estivesse fazendo o debate que Agostinho, o Santo Doutor da Igreja Católica que viveu entre os séculos IV e V da nossa era, fez em certo momento de sua vida dentro da Igreja. Só que Tomaz o faz de maneira inversa em dois sentidos: por não ser um monge e por estar dando grande importância a relação sexual e a diferenciando da amizade numa outra ordem de valor. De acordo com Peter Brow,¹³ Agostinho atribuía ao casamento simplesmente a função de gerar filhos, acrescentando que:

“Essa visão do casamento deixou deliberadamente de lado o caráter físico das relações conjugais. O desejo sexual ainda inquietava Agostinho. No estado presente da

¹³ BROW, Peter. Agostinho: sexualidade e sociedade. In: *Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

humanidade, o impulso sexual era uma força disruptiva. Agostinho nunca encontrou uma maneira, como tampouco o fez qualquer de seus contemporâneos cristãos, de articular a possibilidade de que o prazer sexual, por si só, enriquecesse as relações entre marido e mulher. Ele apresentou a relação sexual como sendo secundária a amizade” (1990: 330).

É, pois, dentro de um cenário conflitivo de valores que Tomaz demonstra preocupação sobre a possibilidade de manter um relacionamento ¹⁴ com uma única pessoa durante toda a vida:

“Já me imaginei [casado] e é isso que eu penso: o fato de estar debaixo da mesma casa, com as mesmas obrigações – olha o peso do termo ‘obrigações’, com deveres com a família, com filho, e *com a mesma pessoa durante trinta anos* como eles [seus pais] estão, sabe; pra mim ainda *é muito difícil isso entrar na minha cabeça*; se isso é possível mesmo (possível acho que é), mas se pra mim no momento isso é viável. Possível com certeza é, têm casais que... [demonstram que] isso é possível”.

Já Ruth diz que a ‘entrada do esposo em sua vida se deu da forma mais tranqüila possível’, ‘nunca imaginou que fosse ser tão tranqüila’ e que ‘seu esposo é, também, uma pessoa muito madura’. Quando casaram, ela tinha 24 anos e ele 29: “então, nós não tínhamos mais aqueles arroubos de paixão dos jovens adolescentes. Nós já estávamos com os pés no chão”.

O contraste das idéias, anteriormente expostas, parece ligar-se não só a uma questão intergeracional, mas também, a concepções de “amor romântico” se contrapondo ao “amor paixão” em ambos e apresentando traços de um “amor confluyente” na fala de Tomaz. Recorro, assim, às discussões do sociólogo britânico Anthony Giddens (1993) ¹⁵ em que este considera o amor apaixonado (*amour passion*, utilizando o termo de Stendhal), “(...) como a expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual. O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar”. Sobre este aspecto faz, ainda, uma

¹⁴ O uso do termo segue, aqui, a idéia e a ponderação de Giddens (op.cit. 1993: 68) sobre o fato de que “[o] termo ‘relacionamento’, significando um vínculo emocional próximo e continuado com uma pessoa, só chegou a seu uso geral em uma época relativamente recente”. Aliás, no estudo Gonçalves (1999) já referido antes, o termo era recorrentemente utilizado pelos seus interlocutores, como espécie de termo-chave para designar uniões com ou sem vínculo formal.

¹⁵ GIDDENS, op. cit., p. 48, 49 e 56.

importante observação dizendo que “[a] a maior parte das civilizações parece ter criado histórias e mitos que carregam a mensagem de que aqueles que buscam criar ligações permanentes devido a um amor apaixonado são condenados”.¹⁶ Por outro lado, “[o] amor romântico presume algum grau de autoquestionamento. Como eu me sinto em relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito? Será que os nossos sentimentos são ‘profundos’ o bastante para suportar um envolvimento prolongado?”. Continuando a recorrer a Giddens (1993: 72), em se tratando do que ele chama de amor confluyente, este “(...) é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias ‘para sempre’ e ‘único’ da idéia de amor romântico (...). Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da ‘pessoa especial’ e o que mais conta é o ‘relacionamento especial’ ”. Vale lembrar, ainda, que “[e]m contraste com o amor confluyente, o amor romântico tem sido sempre equilibrado em relação a gênero (...). O amor romântico há muito tem mostrado uma qualidade igualitária, intrínseca à idéia de que um relacionamento pode derivar muito mais do envolvimento emocional de duas pessoas do que de critérios externos”.

Ainda que como idéia (modelo) presente na consideração dos relacionamentos das pessoas, sendo o amor romântico parte de um conjunto, os planos dos entrevistados para a constituição de suas famílias conjugais não deixam de receber influência das pessoas das famílias consangüíneas (critérios externos, portanto), seja no sentido de que eles tomam-nas em referência, seja no sentido de que os parentes “orientam” seus passos para suas futuras relações familiares como, aliás, a literatura aponta (MacFarlane, 1990; Woortmann, 1995; Azevedo 1996, Gonçalves, 1999; Matos, 2000, para citar apenas alguns).¹⁷ Este aspecto tem grande importância para meus interlocutores neste estudo, como se pode ver ao tratarmos de vários assuntos nos depoimentos:

¹⁶ Não precisaria lembrar, neste caso, os exemplos clássicos de pares que viveram esta “condenação” na literatura universal: Maginim e Laila; Tristão e Isolda; Abelardo e Heloísa; Otelo e Desdêmona e o mais celebrado de todos, Romeu e Julieta. Além, dos casos que, certamente, conhecemos em nossas próprias relações; e que merecem de nós a mesma interpretação.

¹⁷ MacFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: HUCITEC; EDUNB, 1995; AZEVEDO, Tales. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1996; GONÇALVES, T. A. *E o casamento, como vai? Um estudo da conjugalidade entre camadas médias urbanas*. Belém, 1999. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado. MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

Para Ruth, a de mais idade entre os entrevistados, sua compreensão foi a de que:

“Na relação com minha família, a afetividade sempre existiu muito presente, mas o diálogo, não é que ele faltou... a própria criação deles foi assim e eles acabaram reproduzindo a forma como eles foram criados.”

Como vemos, nela aparecem mais fortemente registrados, os vínculos cobrados/esperados entre pais e filhos. Já em Inês, a referência é a uma experiência que, se não se esquece, - portanto existe como um modelo – também não se quer repeti-la pelo que representa em sua vida. Em sua consideração:

“(...) a palavra-chave pro modelo de família que eu pensei era que houvesse comunicação, respeito, transparência... e paz, e uma relação de carinho porque *eu passei toda a minha vida sofrendo relações familiares muito conturbadas*”.

Miguel diz:

“A gente primeiro começou a viver juntos, tivemos a nossa primeira filha. Na realidade existia uma certa... *a gente vivia bem juntos* [...apesar de não serem casados?], mas existia uma certa *pressão por parte de nossas famílias pra gente institucionalizar a nossa relação* e como ela já era ‘institucional’ [viviam uma união estável, apesar de não legalizada formalmente], entendeu?... *não custava nada*, de alguma forma [ceder à pressão das suas famílias].”

As experiências de Tomaz, o mais novo e o solteiro do grupo, remetem ao mesmo ponto:

“Aí tem as pressões dos pais, assim, de ver um monte de gente tendo filho aí, até mais novo do que eu – ‘pôxa, eu queria um netinho’ - sabe como é, então tem sempre essa história.

Mas sempre foi assim, tive essa idéia na cabeça, que se tiver um filho será num momento adequado, com *uma pessoa que se tenha pelo menos um relacionamento duradouro*, assim, neste sentido de casamento mesmo”.

Nos relatos de Inês encontra-se, por outro lado, uma importante observação das influências “externas” na vida dos casais que ultrapassam, mesmo, os limites das relações parentais e de aliança:

“Eu já casei com vinte e nove anos e todos os amigos dele, a família dele, pressionavam a ele para que ele me pressionasse pra gente ter filho. Desde o primeiro dia vem sendo *cobrado*; por quem? *pela família dele*, de uma forma forte e isso é *bastante constrangedor*, e isso eu encaro como uma *violência*.(...)”

Eu descobri com o casamento que toda a sociedade pressiona os casais pra constituir...pra ter filhos. E caso isso não aconteça todos – amigos, parentes... – eles fazem um tipo de *coerção* e após isso, uma *marginalização*. Então é muito constante pra nós em nossas reuniões familiares com a família dele, eles me cobrarem, fazerem piadas sobre o fato de nós não termos filhos”.

Maternidade e paternidade foram temas bastante absorventes e representativos de valores sociais mais amplos e mesmo transcendentemente expressos como significados de vida e para a vida das pessoas entrevistadas. Neste sentido, Miguel acha que a paternidade é um misto de realização da sua plenitude humana. Sente-se feliz porque pensa na possibilidade da “continuidade” e não leva em consideração “aquela história” de que é o homem que dá continuidade à família; acha que os filhos, em geral, têm essa possibilidade – lembro o leitor que ele tem duas filhas, mulheres. Então, deste modo, sente-se feliz, realizado porque era uma coisa que fazia parte de suas fantasias, dos seus desejos, apesar de parecer um pouco distante de se concretizar, quando ainda era solteiro, por conta de levar uma vida sempre “militante”, “engajada”. Inês, por seu lado, acha que a chegada de um filho:

“(...) muda muita coisa, inclusive o papel da mulher; ele passa a ser diferente de ponto de vista. O peso de ter um filho te dá uma nova perspectiva pra enxergar a vida, encarar às vezes até problemas pequenos. Passa tudo a ser diferente, você passa a ter uma preocupação maior com a educação do outro e do teu papel sobre o outro na questão da educação”.

Quando se trata da procriação, as relações afetivas e os projetos entre os membros da família acabam transcendendo o aqui-agora, como visto anteriormente na idéia de sua continuidade. E ainda, vemos que a idéia de papéis identificáveis a homens e a mulheres contestada quando se trata, particularmente, de temas e situações (por exemplo,

em relação a atividades domésticas em geral) é, no caso da maternidade/paternidade, ‘assumida como natural’. É assim que Ruth acha que:

“a maternidade deixa a mulher profissional sempre num grande conflito porque, ao mesmo tempo em que gostaria de estar com o filho, tem que ficar dividindo o espaço. Eu acabei conciliando isso de uma forma bastante suave porque eu trabalhava numa escola e acabei por levar meus filhos, já pequenos, pra escola [como alunos] ...e eles foram ficando... E quando eu comecei a trabalhar à noite, meu esposo *dava uma assistência*; eu diria que ele era o ‘pãe’, o pai-mãe. É claro que *uma figura não substituiu a outra*, mas *ele sempre assumiu com muita generosidade* esse trabalho de orientação das crianças à noite, a higiene, a refeição. Então, eu trabalhei tranqüila com relação a isso”.

As qualidades para o cuidado da criança seriam, assim, como que intrínsecas à mulher; por isso, naquela situação de emergência, o pai ‘assumiu com muita generosidade’ (pois não lhe cabia verdadeiramente fazê-lo) a função de mãe transformando-se num “pãe”; mesmo assim, sua ‘assistência’ não foi suficiente porque ‘uma figura não substitui a outra’, isto é, não possui as qualidades que são, “naturalmente”, da mãe – e só dela.

Há um discurso que, por um lado, aponta para a superação de valores em que meus interlocutores foram educados na sua família, e por outro, por estes valores não terem deixado de fazer parte de suas concepções de vida, eles precisam ser apresentados dentro de um quadro de positividade para se poder lançar mão deles, inclusive, na educação dos próprios filhos. Atentemos para o depoimento seguinte de Ruth:

“... eu sinto [os vínculos afetivos da família] muito forte dentro de mim, pela minha própria formação. E a formação que a minha filha tá tendo é agora um pouco mais ampliada, mas eu tenho isso muito forte ainda. Ela também já aprendeu a cozinhar...ela tem as prendas domésticas todas, com a diferença de que hoje ela estuda língua [estrangeira], ela estuda música, faz universidade. Então eu acho que isso é muito cultural mesmo; passa de família, de geração à geração. Hoje a gente acaba por copiar muito do que as nossas mães fizeram de nós.”

A exposição das idéias durante as conversas que tive com as pessoas demonstra, não apenas, as complexas interinfluências de suas experiências ‘na família de origem’ e na ‘família conjugal’, mas também, no caso de Ruth, por exemplo, as intermediações entre sua posição de ‘filha’ e sua posição de ‘mãe’ que, em se tratando da

relação com a filha, não é tão igual, mas, também, não é tão diferente da que seus pais estabeleceram com ela no que se refere, por exemplo, à saída de casa:

“Ela [sua mãe] nunca aceitou, assim, sem sofrimento a nossa saída de casa, especialmente a minha, [fato que frustrou as expectativas dos pais de ‘providenciarem’ seu casamento] (...). Sair de casa sempre foi uma afronta, fazer o que você quer tinha conotação de desobediência, de rebeldia.

A minha filha também já saiu pra estudar (...). Então a história como que se repetiu um pouco, mas já por estímulo nosso. (...). *A minha filha passou dois anos fora e quis retornar, o que eu achei que foi uma declaração de amor.*”

A(s) pessoa(s) em “sua(s) casa(s)”

Neste item iniciarei destacando os planos que as famílias consangüíneas dos entrevistados fizeram para eles, enquanto filhos, e a elaboração/execução de seus próprios projetos relacionados principalmente aos futuros laços conjugais.

Para isso começarei por uma apresentação de algumas outras características do grupo objeto da pesquisa.

Filha de agricultores descendentes de italianos, Ruth é a quinta de um grupo de cinco irmãos, três homens e duas mulheres. É casada há dezessete anos e tem uma filha adolescente com cerca de quinze anos. Inês, a outra mulher do grupo estudado, é a mais velha de três irmãos sendo que só o segundo é homem. É casada no “civil” há cinco e não tem filhos. Seus pais foram casados “no civil e no religioso” e “cultivaram” um casamento por cerca de vinte e cinco anos; hoje estão divorciados. Filho de comerciantes descendentes de um grupo dos mais expressivos entre os estrangeiros que em Belém se estabeleceram, Miguel é o segundo de uma família com cinco filhos homens e é casado há doze anos. Solteiro e namorando uma moça há alguns anos, Tomaz é o segundo filho de um casal que só tem dois filhos, ele e a irmã mais velha; seus pais estão com quase trinta anos casados.

Com as devidas ressalvas, de sempre, os entrevistados dizem viver “boas relações” com os familiares. Procuram destacar o carinho e a admiração que sentem por seus pais tomando-os, quase sempre, como um exemplo de perseverança e de sabedoria de vida, principalmente em se tratando daqueles que têm mais baixo grau de escolaridade. São

capazes até mesmo, de flexibilizar a genealogia familiar e desligá-la da geração biológica, como faz Inês que considera sua mãe como uma irmã ou uma amiga e sua avó como mãe. Casos como este já foram expostos em outros estudos como em *Autoridade e Afeto*, de Myriam Lins de Barros.¹⁸ Sua pesquisa, que objetiva analisar a família de camadas médias urbanas no Brasil a partir das perspectivas dos avós, mostra que para seus entrevistados “[e]xiste uma variação do modelo familiar, que depende da trajetória de vida e do espaço de ação enquanto portadores de papéis sociais familiares” (1987:77). A partir desta interpretação compreende-se facilmente porque no seu universo pesquisado os papéis sociais são organizados por ordem de prioridades afetivas e não necessariamente de consangüinidade e que possibilita, inclusive, a utilização de termos de parentesco para se referir aos afins como no caso em que um de seus entrevistados considera o cunhado como irmão.

Um outro sinal concreto destas relações amistosas, de reciprocidade positiva, está no sistema de ajuda criado a partir do nascimento dos filhos de Miguel:

“Os [filhos] que foram se casando, ela [sua mãe] foi comprando apartamentos próximos; a gente já não tem mais vizinhos nesta altura do campeonato. Então, existe uma relação muito grande, por exemplo, eu e a [sua esposa] trabalhamos diariamente, todo o tempo; então eu levo as crianças, a pessoa que trabalha com a gente pega [as crianças] na escola e leva pra casa de minha mãe porque é preciso ter alguém [da família] sempre com elas. Então, elas almoçam com a mamãe porque a gente não faz almoço em casa porque a gente não está em casa; eles almoçam, aí se reúnem como os primos que também vem, que moram perto...”

Se por um lado, pode se ver uma rede de solidariedade e apoio operando, demonstrativa do clima de afetividade apontado acima, os conflitos ou, pelo menos, discordâncias também existem e se atualizam. Este é, por exemplo, o caso bastante presente relacionado ao desejo dos pais em ver os filhos formados em determinada profissão a que atribuem grande importância. Esta discussão se dá na adolescência e entre meus interlocutores, segundo seus depoimentos, todos conseguiram se afirmar diante dos

¹⁸ Sobre as relações diferenciadas de afeto e autoridade entre avós, filhos e netos consultar: BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

desejos dos pais e levar em frente a formação e exercício da profissão escolhida. A história de Ruth é um exemplo claro desse fato, segundo seu próprio relato:

“A princípio, meus pais queriam que eu fosse médica, fizesse medicina, mas eu não tinha nenhuma identidade com a área de conhecimento. Cheguei a fazer o vestibular pra satisfazer os meus pais. Como não tinha feito nenhum curso adicional, acabei não passando e voltei a fazer...[o curso x] mesmo”.

Além das personagens de uma família mais extensa que povoam cotidianamente a vida das pessoas do grupo estudado, todos, por participarem de um mesmo segmento de camada social de classe média e, de certa forma, partilharem um estilo de vida comum, também apresentam no interior da casa, mas também, em sua vida cotidiana, a presença recorrente de uma personagem estranha e ‘familiar’, ao mesmo tempo. Trata-se da empregada doméstica. A figura da empregada significa, idealmente, a possibilidade da recuperação do tempo doméstico para aplicá-lo em atividades de lazer, relações afetivas com os filhos, com seus ‘familiares’ e com o cônjuge e mesmo, às atividades de trabalho e estudo que levam para casa. Neste aspecto, considerando o tempo e a ocupação de cada um no dia-a-dia doméstico (em se tratando, principalmente, dos casados) visualiza-se de forma bastante expressiva os mecanismos de diferenciação de gênero ligados às “tarefas da casa”. Inês comenta que, nas atividades domésticas, seu marido:

“tem pouquíssima participação, ele se ‘arvora’ em tomar frente dos trabalhos em que algum homem, algum trabalhador vai fazer em casa (...), por exemplo, minha casa está em construção, ele não gosta que eu esteja em contato com as pessoas... com os homens da construção. Só que eu fui acostumada a não discriminar este tipo de relação; meu pai me criou pra ter uma relação comum com outro homem em relação de trabalho, sem maiores problemas. Mas, ele tem essa limitação e, no caso, eu fico com as tarefas de lavar roupa, lavar louça, organizar a casa, fazer a compra do mês, isso tudo eu assumo sozinha.

Nós temos uma empregada, nós temos também uma casa muito grande, ela faz a faxina da casa e passa roupa, só isso ela faz.”

Também, um papel associado às tarefas domésticas (como uma alusão à empregada doméstica) é a figura da mãe que, com se vê adiante, aparece na idéia da entrevistada. Diria que encontramos, mais uma vez, as imbricadas redes que ligam as práticas às representações sociais e vice-versa. É isto que se vê no depoimento de Inês quando, referindo a seu marido, diz: “porque ele entende de esposa que cuide dele, ele

entende a esposa como extensão de uma mãe e *eu me recuso a ser essa mãe, apesar de eu fazer essas tarefas domésticas*, eu me recuso...”

No grupo entrevistado, as representações sobre diferenciações de gênero parecem ligar-se fortemente ao desenvolvimento, ou melhor, a idéia sobre o desenvolvimento de tarefas domésticas, mesmo quando elas são nomeadas e/ou desenvolvidas (pensadas para serem) de forma igualitária. É neste sentido que se pode perceber a articulação entre a habilidade manifesta, adquirida para a realização das tarefas, bem como a incapacidade artificialmente criada para tal e os papéis sociais de gênero. Assim, encontramos o irmão de Inês fazendo, segundo ela, “muitas coisas diferentes da maioria dos homens apesar de não ter muito domínio” sobre coisas como, por exemplo, lavar louça, varrer casa; diz, ainda, que ele não é daqueles que reclamam se não tem comida, ele vai lá e faz, sempre procura ajudar sua mãe. Sobre este aspecto Miguel, relata:

“Nós temos um conjunto de tarefas que a gente divide, independentemente de [dizer que] essa tarefa é do homem, essa tarefa é da mulher. Agora, tem coisa que eu não sei fazer tão bem; por exemplo, eu não sei lavar roupa, entendeu? Podia aprender mais em relação ao uso da máquina de lavar, mas eu não tive esse cuidado. (...) Mas também são coisas que [sua esposa] não faz ou, às vezes, faz. Mas nós temos sempre alguém que faz, até por conta de que a gente tá muito tempo fora de casa e não dá pra fazer”.

Esse ponto é presente quando se toma a vida dos homens solteiros que vivem sozinhos, onde as tarefas aparecem como desafios e no casamento, como eventuais, priorizando aquelas em que tem maiores habilidades como expõe Miguel, referindo-se a quando era solteiro:

“Quando eu morava sozinho, às vezes, eu adorava cozinhar porque era uma coisa, uma produção minha, própria, era um desafio...limpar a casa...”. E quando casado: “Eu não sei cozinhar muito bem, mas eu sei cozinhar e sei fazer sobremesa. Então, algumas coisas... quando eu tenho tempo eu faço umas sobremesas muito boas”.

Mesmo se encontrando inserido num modelo onde as diferenciações de gênero se ligam, de modo geral, às atividades ditas de homens e ditas de mulheres, o grupo acaba fazendo com que o modelo seja, em certos momentos, bastante flexibilizado, senão ultrapassado mesmo. Esses casos estão mais próximos das experiências de vida onde os atores tiveram oportunidade de transitar entre os domínios (público e doméstico)

anteriormente estabelecidos como distintos e separados ou, por meio de experiências diretas ou, ainda, observando, por um tempo significativo, outras pessoas com as quais se relacionavam. Os limites práticos para ações diferenciadas, no entanto, esbarram em pelo menos dois fatores, que eu indicarei como sendo ‘interno’ e ‘externo’. O primeiro é, como vem sendo mostrado, a existência de uma habilidade adquirida para a realização de determinada tarefa (assim como, no caso contrário, a manipulação do não-domínio nas relações estabelecidas cotidianamente). O fator externo diz respeito à ‘justificativa’ (culturalmente falando) que o sujeito ainda precisará dar mesmo que exista capacidade técnica real ou potencial para levar à cabo qualquer atividade.

Os projetos dos pais das entrevistadas para elas, enquanto filhas, também expressam a relação envolvida entre a aquisição de um conjunto de conhecimentos que oportunizam a conquista de um casamento, assim como, a necessidade de adquiri-los para poder se mover com desenvoltura perante a nova condição. Os depoimentos de Ruth e Inês, respectivamente, contêm este sentido:

Ruth: “Eu fui educada em uma família italiana, pra casar. Então, todas as prendas domésticas (bordar, fazer tricô, costura...) tudo isso a minha mãe me colocou para aprender: cozinhar, fazer pão, todas as prendas domésticas que uma italiana deveria conhecer; eu fui submetida a todo esse processo de aprendizagem. E, de certa forma, isso, a princípio, frustrou muito minha família porque eu aprendi tudo isso pra ser uma boa mama [ênfatisa] e acabei por adiar um pouco mais porque eu tinha agora outra prioridade, que era estudar, sempre tive muita vontade de estudar.
(...)

E a formação da minha filha agora, um pouco mais ampliada, mas eu tenho muito forte ainda [a afetividade de seus pais]: ela também já aprendeu a cozinhar...ela tem todas as prendas domésticas, todas, com a diferença de que hoje ela estuda música, faz universidade. Então eu acho que isso é muito cultural mesmo, passa de família, de geração à geração. Hoje a gente acaba por copiar muito do que as nossas mães fizeram de nós.”

No depoimento de Inês:

“Eu fui educada pra não fazer trabalho doméstico. Apesar de terem me ensinado, mas eu não fazia nada, nenhuma dessas coisas domésticas em casa. Minha mãe me ensinou, eu aprendi também com minha avó, com outras mulheres, porque parece que você só consegue ingressar no mundo das mulheres quando você faz alguma coisa junto com elas; cozinha, lava, faz algum doce, aí você consegue ingressar no mundo de algumas mulheres. Por isso que eu fui aprendendo”.

Pergunto a esta última: então você está utilizando um conhecimento que não pensou que fosse utilizar? Ela responde: “Isso, eu nunca pensei utilizar essas coisas; não com essa frequência com que estou utilizando, diária. Mas [com o casamento] eu tive que aprender muita coisa também como se fosse uma especialização doméstica”.

O espaço da casa, que encerra a idéia da família construindo um lar se torna, por assim dizer, a baliza de comportamentos anunciados como resposta social para a manutenção de sua imagem cristalizada. Essa importância da família para a operacionalização de modelos, em especial, modelos de gênero, tem sido destacada como sendo capaz tanto de gerar/reproduzir diferenciações, quanto de levar a relações igualitárias. É assim que Malvina Éster Muszkát em seu artigo “Violência de Gênero e Paternidade” (2000),¹⁹ escrito a partir de relatos de famílias atendidas no Pró-Mulher, Família e Cidadania, em São Paulo, procura mostrar, ao longo de sua discussão, a centralidade da família na definição de relações de violência dos homens contra as mulheres. De acordo com sua análise:

“Para tornar-se homem ou mulher é preciso submeter-se a um processo que chamamos de socialização de gênero, baseado nas expectativas que a cultura tem em relação a cada sexo. É a família, como principal agência socializadora, quem tem as suas funções concentradas na formação das personalidades. Neste espaço social, no confronto entre gerações, os modelos sexuais são definidos pelas suas relações de poder seja no plano social, material ou emocional.

Tal premissa define a identidade sexual como algo construído, que transcende a imutabilidade do biológico e se torna relativamente transformável e passível de intervenção. Pensar dessa forma a questão permite promover ações capazes de exercer certa influência na transformação dos processos de construção” (2001: 226)

O relato de Inês sobre o papel da família na diferenciação sexual vai ao encontro dessas reflexões embora sem questionar sua própria constituição:

“Eu acho que a família interfere nesse nosso olhar sobre o que é ser homem, mulher e nesses exercícios dos papéis; ela influencia, mas ela não determina, você pode depois modificar.”

¹⁹ MUSKAT, Malvina Ester. Violência de Gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (orgs). *Homens e masculinidades: outras palavras*. 2ª ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001.

Interrogada sobre a existência de alguma diferenciação de tratamento por parte de seus pais entre ela e o irmão, responde:

“Ah, sim. Só em algumas situações. O meu irmão podia ir pra rua brincar, nós [ela e sua outra irmã] não podíamos, nós tínhamos que ficar em casa. Mas da mesma forma que nós fazíamos trabalho doméstico, meu irmão também fazia. Ah, outra situação: meu irmão fez um curso de computação quando ele ainda era criança e eu perguntava pra minha mãe, por que eu não posso fazer se eu também estudo? Porque eu sempre tive essa coisa apurada, por que vai diferenciar, só por que eu sou mulher?; eu sempre questioneei isso pra minha mãe.”

E o que ela dizia, pergunto?

“Ela dizia: mas ele é homem, ele precisa. E eu dizia, é assim que tu dizes que tu és moderna, que tu pensas diferente, que tu fostes diferente das mulheres da tua época. Então, algumas vezes, ela ficava sem palavras pra mim.”

Concordando com a idéia da centralidade da família como agência de socialização faço, contudo, algumas observações usando como contraponto outros dados da pesquisa.

Primeiro, não se pode descurar do fato de que as idéias veiculadas/exercitadas na família não são propriedade da família, como se elas fossem produzidas lá mesmo; ao contrário, por ela [família] responder, em sua própria constituição, a um modelo social determinado, as idéias atualizadas em seu núcleo não deixam de ser informadas pelas mesmas idéias culturais que a originaram, portanto, suas ações têm abrangência limitada não autorizando uma determinada família a modificar radicalmente as relações de gênero entre seus membros (lembramos do sentido da socialização). Por outro lado, este aspecto pode ser secundarizado em ações políticas mais gerais ou educativas internas à família. Esse jogo de forças pode ser visto no seguinte depoimento de Miguel falando da relação com as filhas:

“Eu acho assim que, ainda não há, efetivamente, uma orientação mais dirigida nesta direção até porque elas são crianças ainda. Agora eu acho que a gente tenta, diria, mais, a partir do exemplo das situações de vida diária. A mãe delas trabalha, estuda, neste sentido ela é um exemplo de mulher emancipada pra elas. E eu sempre que posso, eu tô *emitindo uns pareceres* sobre as relações desiguais, sobre as mulheres submissas, sobre a possibilidade de elas irem mais além, entendeu? Eu acho que por conta de tudo que eu discuto, eu tento inserir isso no diário, no cotidiano; acho que isso é uma questão presente, mas eu acho que tem que ser mais presente quando elas atingirem a

adolescência, a juventude. *Agora eu acho que elas ainda não se dão muito conta disso, eu acho.*”

Ainda tomando o depoimento anterior, a ênfase na inscrição dos lugares, bem com a performance dos espaços do masculino e do feminino, recai sobre o processo verbalmente anunciado em que as questões devem ser ‘postas na mesa’ quando se puder ter, entre os interlocutores, a compreensão dos sentidos da fala.

É preciso destacar, por outro lado, que na interação entre simbolismo e práticas de gênero o corpo em si é central nesta configuração, ultrapassando mesmo sua presença enquanto material concreto; por exemplo, quando em relação à procriação, cria-se expectativas quanto ao sexo da criança, suas capacidades intelectuais, aparência física, etc. e, mais tarde, após o nascimento, temos que considerar a percepção que as próprias crianças fazem dos seus corpos. Marcel Mauss já nos lembrava em su’*As Técnicas Corporais* (1974)²⁰ que o primeiro e mais natural objeto técnico do homem é seu corpo, pois,

“[a]ntes das técnicas como instrumentos, há um conjunto de técnicas corporais. Não exagero a importância desse gênero de trabalho, trabalho de taxonomia psico-sociológica. Mas ele é alguma coisa: a ordem posta em certas idéias, onde não havia ordem alguma. Mesmo no interior desse agrupamento de fatos, o princípio permitia uma classificação precisa. Esta adaptação constante a um mundo físico, mecânico, químico (por exemplo, quando bebemos) é perseguida em uma série de atos montados, e montados no indivíduo não simplesmente por ele mesmo, mas por toda a sua educação, por toda a sociedade da qual ele faz parte, no lugar que ele nela ocupa” (1974:218)

E onde, sem dúvida, as concepções de gênero vão sendo estruturadas como bem percebemos em frases do tipo ‘ele anda que nem uma mulherzinha’ que dizem respeito à postura corporal ‘adequada’ com que homens e mulheres devem se apresentar socialmente. Cabe mencionar, ainda, a relação entre corpo e psiquismo para que os contornos culturais e identitários de gênero sejam desenhados (Matos, 2000).²¹ E, em se tratando do processo de

²⁰ MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974. v II.

²¹ MATOS. op. cit.

escolarização do corpo, podemos dizer, como o faz a educadora Guacira Louro (2000),²² que a escola pratica verdadeiras ‘pedagogias da sexualidade’. Logo, nos mais variados ambientes e situações em que o corpo esteja ou não presente ele está sendo alvo de representações.

Em segundo lugar, o depoimento em questão sugere uma concepção retilínea das gerações onde as explicações apontam somente para um *continuum* de idéias dado pela sucessão de gerações e pela presença na noção moderna de progresso. Do próximo depoimento (de Miguel) podemos encontrar algumas ‘pistas’ que apontam – mas que nele não são enfatizados - tanto para essa questão quanto para a leitura da multiplicidade de fatores que influenciam as concepções individuais/grupais:

“Eu acho assim, como é uma coisa que eu discuto, que eu concordo com toda essa discussão, essas relações igualitárias... eu tento, de alguma forma, que esse discurso se concretize na prática, entendeu? Então eu tô sempre tentando refletir em relação às crianças sobre situações que envolvam isso. Às vezes, até *por incrível que pareça, as minhas filhas têm umas posições bem conservadoras em relação a essas coisas, tanto da relação homem com mulher, da relação homem com homem*; essas [posições] são reflexos do que elas escutam na escola, que as coleguinhas falam, entendeu? Então, eu tô sempre tentando escutar, colocar um pouco dessa nova visão das relações entre os gêneros, das relações homossexuais, das relações bissexuais; eu tenho discutido isso apesar de eu achar que elas são muito conservadoras, mas eu não perco as esperanças de que elas venham a se modificar em função disso.”

Miguel fica surpreso ao registrar uma inversão de papéis considerada a partir da diferença de geração entre ele e as filhas; sua surpresa está ligada ao fato de as sua filhas serem ‘conservadoras’ quando a expectativa seria o contrário, que elas questionassem os valores em que estão pautadas as relações entre homens e mulheres. Lembremos, aqui, da observação de Gilberto Velho (1994: 98),²³ segundo a qual a “(...) coexistência mais ou menos tensa entre diferentes configurações de valores é uma das marcas da sociedade moderna” e, em se tratando da formação desses valores, a tensão se dá, também, no próprio relacionamento interpessoal, uma vez que, apesar de se orientarem por um conjunto de

²² LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

²³ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

valores, as pessoas não poderão agir em todas as situações sociais utilizando-os de forma única e fixa, pois, os valores morais são assimilados/utilizados dentro de uma hierarquia (Heller, 2000).²⁴

No próximo capítulo veremos - o ângulo inverso - as influências e intersecções que a vida profissional acarreta às relações sociais no âmbito da família e como elas acabam, de certa forma, compondo um quadro de vivências dependentes e inter-relacionadas, embora pareça que lá (no trabalho) tenhamos apenas ações especializadas para outra direção que não a própria vida pessoal.

²⁴ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000; sobre os papéis sociais, pp. 87-110.

CAPÍTULO III

DO FAMILIAR AO PROFISSIONAL (OU VICE-VERSA?):

‘DUAS VIAS DE UMA DE UMA VIDA’

O grupo entrevistado tem um ‘estilo de vida’ em que a profissão ou a atividade profissional ocupa a maior parte de seu tempo diário. Em decorrência disso, suas relações, em geral, inclusive familiares, estão mediadas, muito intensamente, por sua atividade profissional. Este mesmo cenário pode ser encontrado, antecipadamente, já mesmo durante o processo de formação como uma marca dos estudos e do trabalho acadêmico, como notou Malcher (2001)¹ em seu estudo sobre noções e práticas de amor entre jovens de camadas médias urbanas em Belém:

“A rotina diária e a vida escolar de todos é marcada pelo fato de gastarem grande parte de seu tempo apenas com as atividades acadêmicas, sendo que a própria vida familiar e seus outros relacionamentos, inclusive os amorosos, são afetados por isso. Acontece de lembrarem de tempos em que os compromissos e o tempo para sair com amigos, com a namorada, para passeios, festas, e outro lugares, era muito maior” (2001: 36)

Veremos neste capítulo essa refletividade considerada a partir de alguns pontos que dizem respeito à família, ao lazer, às relações de amizade, às ocupações cotidianas com o trabalho dentro e fora de casa entre outras questões que vão se agregando a elas.

Na sala da casa/ Na sala de aula: interfaces do profissional com o doméstico

A alusão às ‘salas’ no título deste item é feita para enfatizar o deslocamento da ‘intimidade’ em direção à ‘publicidade’ que acrescenta ao jogo social o ‘afastamento dos meus íntimos’ para a ‘proximidade dos meus pares’. Mesmo com essa definição, cabe lembrar que os seus íntimos são, algumas vezes, também, seus pares, assim como, seus pares são, em outras vezes, seus íntimos.

¹ MALCHER. Leonardo Fabiano Sousa. *Mulheres querem amor, homem querem sexo? Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém*. Belém, 2001. CFCH/UFGA. Dissertação de Mestrado.

Neste sentido, Miguel, segundo ele mesmo diz, é “uma pessoa muito ocupada”, por isso, *minha vida profissional acaba se alargando muito*; até seus almoços são almoços de trabalho:

“Bem, se eu dissesse que tenho muitos amigos não seria verdade. Assim, eu conheço muitas pessoas, ilimitadas pessoas, certo?; tem muitas pessoas que gostam de mim com as quais a gente mantém uma relação próxima, ainda que muito voltada para a questão profissional, porque com todas as atividades que eu tenho, a minha vida profissional acaba se alargando muito. Bem, mas *na minha vida profissional eu tenho muitos amigos e amigas*, assim, sempre mais amigas que amigos, acho que essa é uma característica minha, não sei.

Agora, com tudo isso [suas atividades profissionais], sobra muito pouco tempo pra atividades sociais. Assim, efetivamente eu não tenho muito tempo. Eu não tenho muito tempo pra acompanhar meus amigos, pra ir num bar, às vezes, nem num almoço; os almoços acabam sendo almoços de trabalho, entendeu? Às vezes, com orientandos [alunos que estão elaborando o trabalho de conclusão de curso], às vezes com grupos de pesquisa, às vezes com o pessoal do Centro [do seu local de trabalho], às vezes com alguém que eu tenho que planejar alguma atividade de assessoramento, etc. Então tem sobrado pouco tempo pra atividades sociais.” (Miguel)

O campo de suas especializações profissionais faz com que estejam sempre envolvidos num processo de amplas relações sociais em decorrência da participação em reuniões científicas periódicas, seminários, congressos, palestras e aulas que ministram diariamente em várias turmas. E é aí que são construídos os mais variados tipos de relacionamentos. Desse modo, essa ‘divisão’ de tempo pode ser lida a partir da especificação de Agnes Heller (2000), segundo a qual, a significação e o conteúdo da vida cotidiana são heterogêneos e hierárquicos:

“Todavia, diferentemente das circunstâncias da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Assim, por exemplo, nos tempos pré-históricos, o trabalho ocupou um lugar dominante nessa hierarquia; e, para determinadas classes trabalhadoras (para os servos, por exemplo), essa hierarquia se manteve durante ainda muito tempo; toda a vida cotidiana se constituía em torno da constituição do trabalho, à qual se subordinavam todas as demais formas de atividades. Em troca, para a população livre da Ática do século v antes de nossa era ocupavam lugar central da vida cotidiana a atividade social, a contemplação, o divertimento (cultivo das faculdades físicas e mentais), e as demais formas de atividade agrupavam-se em torno destas numa gradação hierárquica” (2000: 18).²

² HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Nas situações analisadas, meus interlocutores, parecem resumir o cotidiano a dois campos específicos, o familiar e o profissional, transitando no interior de cada um e entre eles, buscando uma certa ‘equivalência de tempo’ tanto que as ‘reclamações’ de um dos parceiros sempre se fazem presentes no sentido de regular a boa distribuição de tempo entre aqueles espaços.

Ainda seguindo a idéia sobre tempo e ocupações, Inês chega a dizer que se “encontra” com seu marido pela manhã e passa o dia todo fora: “atualmente estou passando o dia inteiro *na rua*, estudando e só encontro com ele à noite, dez horas, onze horas da noite. E aos finais de semana eu o encontro [*na casa*], mas, às vezes, até nos finais de semana, eu não o encontro. No sábado, às vezes ele vai pra bola; sábado ou domingo ele vai pra bola”.

O relato anterior é sintomático para a análise do simbolismo que gira em torno das relações estabelecidas e mantidas através da mediação dos espaços da casa e da rua. Sobre este aspecto Roberto DaMatta, em duas obras (1979 e 1987),³ faz importantes discussões explorando a oposição (podíamos acrescentar, as imbricações) casa/rua e suas significações na sociedade brasileira, incluindo a divisão sexual do trabalho, além da própria diferenciação de gênero. No caso em questão, a profissão de Inês a coloca em contato direto com o mundo exterior à casa, mas, em se tratando de lazer em conjunto com o marido, ela demonstra que as atividades estão direcionadas para o espaço da casa, pois, o lazer do casal “se resume em assistir fitas de vídeo”. Outra atividade de lazer que, neste caso faz sozinha, é “confeccionar artesanato”. O lazer ‘individual’⁴ do marido, no entanto, liga-se ao espaço da rua como relatado anteriormente sobre seu jogo de futebol semanal. As diferenciações percebidas e comentadas por Inês a levam a ‘criar estratégias de sair’ (para fora de casa) com colegas mulheres para passear em *shopping’s center’s*, criando, assim, uma forma de diversão alternativa que inclui outras pessoas que seriam desaprovadas pelo marido como companhia para o casal.

³ Cf. DaMATTÁ, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 e DaMATTÁ, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

⁴ Uso o termo ‘lazer individual’ para contrapor ao lazer em que o casal está junto. Dessa forma, o individual pode ser tanto sozinho quanto com outras pessoas, importando para a minha análise observar o que se faz, onde se faz e onde e encontra cada membro do casal e por que estão onde estão.

Ao fazer uma comparação Inês diz, inclusive, que algumas de ‘suas colegas parecem não ter vida familiar, pois levam trabalhos para casa e os trazem resolvidos’. Ela leva tarefas para casa e não consegue resolver todas por causa de suas ocupações domésticas. Às vezes, opta por não realizar as tarefas considerando melhor dedicar o tempo a outras coisas. É curioso notar que mesmo Inês tendo a percepção de que, em várias situações, ela se acha em desvantagem por uma questão de gênero, isso não evita que na comparação, a pouco comentada, que fez entre ela e outras pessoas que conhece, encontre-se uma associação entre mulher e tarefas domésticas (ou entre mulher e casa), pois, os seus parâmetros são apenas as suas amigas.

As relações interpessoais quando mediadas pela distribuição do tempo entre as ocupações profissionais e pessoais, entre a vida profissional e a vida familiar, às vezes, são expostas em verdadeiras expressões matemáticas na linguagem dos entrevistados. Assim, Inácia sempre achou que a maternidade “deixa a mulher profissional sempre num grande conflito porque, ao mesmo tempo em que gostaria de estar com o filho, tem que ficar *dividindo* o espaço. Inês diz que é *como se fosse duas* [como se tivesse que operar uma multiplicação]. Miguel, por sua vez, não gosta dessas *coisas misturadas* [difíceis de dividir e separar] nas relações afetivas e de trabalho.

Sem estarem vivendo relações sociais em espaços que circunscreveriam suas ações como mulheres ou como homens, quando os interlocutores falam dos seus amplos relacionamentos é como se eles estivessem juntando, em certos momentos, e opondo, em outros, idéias como casa/rua, lazer/trabalho, vida familiar/ vida profissional.

Há um sentido de esquematização nos depoimentos voltado para uma associação entre família e afetividade, por um lado, e trabalho e racionalidade, por outro. Os entrevistados expressavam formulações verbais para ‘arrumar’ as situações da vida cotidiana (no sentido de identificar e diferenciar umas das outras e colocá-las em ‘seu devido lugar’). Nas conversas que tive com Inês, ela diz saber que por mais que procure se concentrar em seu trabalho leva consigo os problemas que são difíceis de deixar em casa; diz ela: “procuro, então, abandoná-los ao máximo porque no meu ambiente de trabalho as pessoas não estão preparadas para lidar com a emoção, apesar de saber que não somos só razão, somos também emoção”.

Essa maneira de organizar dualmente as situações parece estar imbricada na relação projeto e prática, embora, esta última desafie, muitas vezes, o sistema de planejamento que a antecipou. Essa polaridade (família/profissão) conflita-se nos planos e vivências de Tomaz, pois, ele consegue relativizar a linearidade na idéia de ter que se formar e só depois entrar no mercado de trabalho, o que não acontece quando reflete sobre sua vida afetiva onde o modelo linear (racionalizado, digamos assim), de uma coisa após e separada da outra, se mantém presente. Assim, nas questões de formação/trabalho ele diz:

“Acho muito interessante isso, até a gente assumir o papel de [profissional] é muito complicado, porque a gente cresce com aquela idéia de: estudei, me formei e trabalhei. No nosso meio aqui se for pensar eu, por exemplo, o que eu fiz: *eu estudei, me formei, estou estudando até hoje*; estou trabalhando porque estou pesquisando, eu fiz a graduação, eu fiz o mestrado, estou pesquisando pro doutorado. Mas é uma coisa que eu estou assumindo mais hoje, até por ter passado pra uma outra fase que é o doutorado, a gente acaba tendo que assumir que tu és [profissional] mesmo e a encarar o problema, dificuldade, desafio que isso possa trazer pra ti.”

Nas questões familiares:

É claro que a gente está totalmente internalizado na idéia cristã de filho depois do casamento (...) Mas assim, *meus planos são de filho depois do casamento, uma coisa bem planejada*; um filho está dentro disso aí, dessa questão financeira, familiar...”

Há uma situação inusitada, no entanto, em que se transportam os laços afetivos familiares para o ‘comportado’ espaço de trabalho. Provoquei Inês perguntando se as pessoas com quem se relaciona em seu trabalho não acabam se tornando uma espécie de ‘família’, já que passa a conviver com elas por longos períodos. Ela responde:

“Dentro do meu espaço, às vezes, acontecem coisas interessantes. *Eu consigo identificar mãe, irmã com alguns amigos, sim... irmão*. Por exemplo, eu tive até um aluno que era todo o semblante do meu irmão, todo, todo, todo; altura, tipo físico, até pensei se não fosse meu irmão [um dos irmãos da outra família que seu pai mantinha, os quais ela não conhecia]. Então, pra esse aluno especial eu tinha um carinho como se fosse meu irmão, mas eu nunca falei pra ele”.

Na maioria dos casos são valorizados a formação e o exercício profissional entre os casais casados ou não casados. Apenas no caso de Inês encontramos um conflito interior entre o fato de ser mulher, profissional e casada. O que se depreende de seu depoimento é que seu marido a vê num papel de esposa “tradicional”, que não possuiria os

atributos intelectuais adquiridos com a formação e com seu exercício profissional. Nas palavras de Inês:

“É como se eu vivesse... é como se eu fosse duas pessoas. Eu me sinto constantemente *um* profissional, mas em casa é como se eu não fosse, é como se eu não tivesse estudo nenhum. É um conflito pra mim e uma luta que eu tenho diária pra mim colocar...pra colocar a questão pra ele, que ele não está lidando com qualquer pessoa; eu sou uma mulher, eu sou formada, e tenho uma profissão.

(...)

Acredito que se ele enxergasse... tentasse enxergar que eu também sou *um* profissional ele não me discriminaria. Ele prefere esquecer que eu sou *um* profissional... mas no momento que vem o dinheiro que complementa a renda familiar, aí eu sou bem vinda como profissional, mas no momento de partilhar as tarefas ele prefere esquecer que eu sou *um* profissional.”

É como se o marido de Inês ‘fechasse os olhos’ para esses aspectos e procurasse nela a esposa dentro da forma como ele, talvez, tenha concebido a vida de casado. Seu embate, diário, se dá dentro deste jogo de forças, pois, analisando os planos de constituição familiar de seu marido, temos a indicação de valores voltados para elementos que circulam, idealmente, no interior da casa sob a autoridade provedora masculina (que no caso não se dá). Ela relata que quando começaram a namorar, seu marido fazia um curso de piloto de aviação fora do Estado. Inês acha que “ele deixou o curso de piloto porque esta é uma profissão de fronteiras; ele, ao contrário, queria estabilidade, casar, ter filhos, mulher, cachorro, casa...”. Merece destaque, também, o fato de que, ao atribuir uma qualidade a si mesma como mulher, o faz usando o termo ‘profissional’ no masculino. É como se ela, envolvida pela hierarquia existente e reforçada/questionada dia-a-dia entre eles, dissesse “eu não quero ser discriminada porque como ele, eu também sou *um* profissional”, isto é, ela possuiria o mesmo *status* social que, sobrepondo-se a sua existência enquanto mulher, a igualaria ao homem (marido).

A identificação do esposo ou da esposa a papéis sociais de gênero considerados tradicionais, leva Inês e também Miguel, a se recusarem a aceitar os padrões culturais que os aproximariam, em seus relacionamentos conjugais, ao modelo de casamento vivido por seus pais, o qual era tomado por eles, antes de seus próprios casamentos, como práticas a não serem seguidas.

Quanto ao trabalho e ao aperfeiçoamento profissional, no grupo estudado o tempo necessário e exigido para que os dois membros do casal trabalhem e estudem é, praticamente, o mesmo. No conjunto das atividades cotidianas isso, de modo geral, não se faz sentir a exemplo do que acontece nas experiências de Inês:

“No caso, o meu apoio pra ele eu verbalizei no primeiro dia que ele falou que queria voltar a estudar. E o discurso dele é que ele me apóia, mas eu sinto que as minhas tarefas em casa são praticamente as mesmas, *não tem uma distribuição de tarefas bem mais domésticas...* não tem, *isso não existe, é discurso*. Então eu sempre... eu tô até praticamente me acostumando, *ele tem um discurso e a prática dele é outra*; me cobra atenção, ele cobra minha presença, mas ele não dá essa atenção que ele cobra” (...) “Eu já vivi isso dentro do casamento; quando nós nos casamos eu era formada e ele estava se formando e... foi pesado pra mim, pesado porque muita responsabilidade caiu sobre os meus ombros”.

Existem negociações tácitas estabelecidas no relacionamento de Inês que põem em confronto sua vida pessoal e sua vida profissional e que, por isso, vão de encontro ao ideal de transparência pretendida no casamento. Como ela mesma diz:

“Em geral, eu levo trabalho pra casa, mas eu procuro trabalhar nos horários que eu não preciso dar atenção pra ele [porque o marido não dá importância para as suas atividades profissionais]. Por exemplo, *eu acordo de manhã muito cedo que é o horário enquanto ele dorme* ou, então, *eu me estendo no horário que ele está dormindo à noite*; pra tentar, justamente, *pra tentar viver com ele o momento que ele está disponível pra mim em casa.*”

Existe, neste caso, o cuidado da mulher (profissional) com o tempo familiar do marido; seu tempo “para fora” existe/é ‘fabricado’ em função do tempo “para dentro”. O relacionamento mostra, também, a existências de uma relação altamente hierarquizada, matematicamente cronometrada num nível, para que o outro ‘dê certo’; mas quem tem que contabilizar/compatibilizar/esperar é a mulher.

Um ponto interessante, instigante, sobre as diferenciações de gênero nos relacionamentos afetivos e de trabalho profissional está, como indicado por Inês, ligado à renda familiar. Em relação aos casados podemos dizer que eles possuem um nível de vida que os caracteriza como pertencentes aos estratos médios em termos sócio-econômicos, justamente por causa da renda obtida pela soma do trabalho e da remuneração de ambos os cônjuges. As condições de vida encontradas entre eles, principalmente, em termos de tipo

de moradia e de localização espacial destas, são fruto de planejamento orçamentário em que a renda conjunta foi/é um determinante fundamental para a conquista dos padrões alcançados e mantidos. Isto significa que, se o par se desfaz, o padrão de vida de cada um tende a baixar, conforme o caso, até de forma considerável. Embora não pensado como tal, mas estruturalmente, isso funciona como um cálculo matemático onde um mais um é superior a dois, ou seja, é como se viver casado garantisse um melhor nível de vida em termos financeiros.

Tanto Miguel quanto Inês relacionaram o tempo dedicado ao trabalho à necessidade financeira de conseguir recursos que lhes promovam conforto na família. O equilíbrio da situação financeira que, entre outros fatores, se torna relativo ao número de filhos e às condições de vida sustentadas com as suas rendas, parece estar no centro da expressão que relaciona o tempo para a família ao tempo para o trabalho.

Pela característica do trabalho que desenvolvem que, de certa forma, lhes permite inclusive organizar e/ou definir, muitas vezes, suas agendas (dias/horários), eles não estão submetidos ao regime de trabalho de horário com o tempo seguido, fixo, por isso fazem alusão apenas às muitas atividades que surgem como ramificações ou derivações de sua profissão. Apesar de estarem sempre muito ocupados com atividades de trabalho, esse tempo é também sempre muito menos seqüencial, mais mutável, do que em outras profissões, o que lhes permite, quando desejam, contornar a “falta de tempo para outras coisas” e fazê-las, mesmo assim. O depoimento de Miguel, relatado a partir da diferença percebida por ele no relacionamento entre pai, mãe e filhos em sua família consanguínea e o seu próprio relacionamento como sua esposa e filhas, é bom exemplo da forma como equacionam a distribuição de tempo entre sua vida familiar e profissional, já indicando também a presença da dimensão de gênero:

“Em julho a gente ia sempre pra Salinas,⁵ passávamos o mês todo; sempre a mãe e os cinco filhos; papai ia aos finais de semana, como todo marido tradicional. Agora as coisas mudaram muito; por exemplo, essas férias de julho, como a minha esposa tá

⁵ Miguel se refere a Salinópolis, freqüentado balneário do nordeste do Pará, distante cerca de 200 km de Belém e famoso por suas extensas e belas praias de oceano.

muito envolvida nas atividades de Interiorização da Universidade,⁶ *eu acabei abrindo mão das minhas atividades da Universidade, de Interiorização e sou eu quem vai levar as crianças para passar as férias. Então essas eram situações inconcebíveis nas relações de gênero, entendeu? da minha família inicial.* Minha mãe cuidava dos filhos, mesmo tendo pessoas que ajudavam a ela, o papai ia nos finais de semana, a gente esperava ele sábado e domingo; ele e os meus tios, todos, porque iam as minhas tias também.”

As marcas de gênero observadas por Miguel no casamento de seus pais, são principalmente destacadas de um contexto em que as relações entre marido e mulher são ‘medidas’ a partir dos papéis (um certo tipo de papel, aliás) de pai e de mãe, respectivamente. Aparece, ainda, a imagem do pai como provedor, pois, apesar de a esposa (mãe de Miguel) trabalhar junto com ele, no estabelecimento comercial que possuíam, o cuidado com os filhos como responsabilidade da mãe, se tornava prioridade naqueles períodos de férias escolares em que as crianças passariam mais tempo em casa.

De volta para casa (?)

O ponto de interrogação no final do título pretende significar a oscilação entre uma ‘identificação’ e uma ‘confusão’ de fronteiras observada entre os domínios nomeados como familiar e profissional quando o grupo entrevistado fala tanto de seus projetos, quanto de suas vivências pessoais de formação e exercício profissional. Mesmo procurando fazer uma nítida separação entre os espaços, as pessoas não deixaram de revelar a influência mútua e forte que há entre eles. Isso tudo já pode ser visto no seguinte depoimento de Miguel:

“Quando eu tô aqui [na universidade] a atenção a isso [família] é muito pouco. Eu sou uma pessoa, assim, que quando eu chego no trabalho é como se eu desligasse *um pouquinho*. A [sua esposa] não, ela tá lá [no trabalho dela] aí tem o celular; então eu optei por não ter celular porque eu não consigo me concentrar, não dá certo. Agora, quando eu estou lá [em casa] eu divido, tem momentos pra corrigir meus trabalhos, fazer meus planejamentos, às vezes, até de madrugada e tal, então, eu fico assistindo filmes, eu assisto alguns programas que elas (as filhas) assistem, mesmo não gostando eu assisto; é uma forma de eu saber o que elas estão vendo, o que elas estão discutindo,

⁶ Trata-se de um Programa desenvolvido pela UFPA que criou diversos Campi no interior do Estado, com cursos de graduação regulares e intervalares – estes últimos funcionando só durante o período de férias escolares.

elas me contam às vezes; elas estão sempre me situando e isso é uma forma de elas me dizerem o que estão assistindo.”

Segundo pensa, Miguel podia “ir mais longe” em termos profissionais, mas “relativiza” isso por causa da família:

“Eu viajava muito, estava sempre fora de casa e... as minhas perspectivas profissionais ocupavam grande parte de meu tempo. *O nascimento das crianças, a constituição da família, no caso, a paternidade, elas mudaram radicalmente a minha vida, no sentido que hoje eu sinto que tenho um potencial pra ir bem mais longe em termos profissionais*, mas eu relativizo isso, [face] à importância, a necessidade de eu dar importância para a família, porque apesar de minha esposa achar que eu faço bem menos [risos], eu acho assim, eu não trabalho em termos de quantidade, procuro trabalhar em termos de qualidade. Só que essa qualidade tem tido um custo significativo, *eu tenho que abrir mão de estar em reuniões, em palestras, debates, seminários, viagens...se bem que agora que elas cresceram mais um pouco, eu tenho viajado bem mais.*”

Ao dizer que sua esposa lhe cobra mais tempo para a família, eu lhe pergunto como ela faz isso? A resposta de Miguel vem prontamente:

“[Cobra] sempre reclamando, assim, ela é muito enfática nisso, ela acha que eu me dedico muito pra questão do trabalho, que eu deveria dosar mais o meu tempo, que as crianças sentem... querem um pouquinho mais de atenção...”

Uma outra nuance sobre essa situação de dedicação de tempo para a família que Miguel diz ter, é a declaração seguinte de Inês, em que revela, expressamente, que o trabalho lhe toma o tempo que poderia ser dedicado à família:

“Eu gostaria de ficar mais tempo com a minha família [sua mãe, seus irmãos], mais tempo com o meu marido, mais tempo com a minha mãe, pai, visitar as minhas tias, eu gosto muito. Mas a universidade me tira muito tempo. A sociedade capitalista quase não nos permite viver a família”.

[O meu trabalho] me deixa muito isolada. É uma situação angustiante porque à medida que você passa mais tempo trabalhando ou estudando vai ficando um vazio dentro de você; ou seja, pelo menos pra mim funciona assim: as minhas relações aqui já vão se depreciando, eu vou ficando mais impaciente porque eu quero ficar em casa, porque eu quero estar com meu marido, ao invés de gastando tempo aqui [na universidade] em trabalho e estudo. Eu gostaria de ficar mais tempo com eles”.

Esses embates nas experiências práticas de todos os meus interlocutores já podiam ser mesmo vistos na elaboração de seus projetos de vida em que falam de

estudo/formação/trabalho e família. Neste sentido, família e estudo/profissão parecem, em certos momentos, ser inconciliáveis, por exemplo, na elaboração dos projetos de vida de Ruth:

“A história de nossa família, de nossas primas... elas todas se casaram por volta dos quinze, dezesseis anos, dezessete... quem casava com dezenove já estava ficando pra ‘titia’.⁷ É, na verdade, é uma questão de prioridades, né? É uma questão bastante cultural. Nós, lá em casa, não nos preocupamos primeiramente em casar, mas primeiramente em estudar. E isso foi o que aconteceu: nós nos casamos bem mais tarde do que a tradição familiar previu e, nem por isso, deixamos de ter um projeto de vida.” (...)
 “eles [seus primos] nem estudaram; casaram cedo, tiveram filhos, agora já são avós, essa foi a perspectiva.”

Tratava-se de uma ‘saída’ calculada mesmo, pois, como bem deixa transparecer nos depoimentos, Ruth entendia que não teria condição de prosseguir os estudos e ter uma profissão vivendo um modelo de casamento orientado para uma hierarquia rígida de funções entre mulheres e homens que sua família esperava que ela abraçasse e que ela imaginava que teria “com um moço da zona rural”. Isso é tanto correto quando se vislumbra hipoteticamente uma realidade nestas condições. Ela define, assim, sua saída de casa para estudar como “um projeto de vida, sobretudo um projeto de vida, porque a perspectiva, se nós ficássemos lá, na nossa cidadezinha, era mesmo ir pra lavoura e casar com um rapaz da zona rural”.

O mesmo rigor dos planos para a vida pessoal se percebe nos relato, seguinte, de Tomaz:

“Eu acho que pra gente ficar noivo [ele e sua namorada], sei lá, um encaminhamento pro casamento, seria quando a gente tivesse condições [financeiras] pra isso mesmo e que fosse uma data marcada, mesmo que não ficasse noivo nem nada”
 “É complicado pra mim me imaginar como casado [neste momento]”. (...) “Também, por causa do doutorado; acho que o principal é a condição financeira e tudo.”

⁷ “Titia”, como sabemos, é o apelido usado para rotular mulheres que se encontram solteiras em uma faixa etária em que a sociedade considera que elas já deveriam estar casadas ou encaminhadas para tal. É como se sua afetividade, ao não ser utilizada no relacionamento amoroso com um marido, tivesse que ser redirecionada apenas para o terno envolvimento com parentes consangüíneos, no caso ‘os sobrinhos’ - estruturalmente filhos, pela proximidade e geração! -, produzindo uma compensação emocional negativa do ponto de vista social que prima pelo casamento. Daí o tom depreciativo do termo.

Estes pontos mostram estratégias e cálculos feitos num momento decisivo da vida de nossos personagens, em que parecem ter apenas dois caminhos a seguir: se constituírem família não poderão exercer uma profissão ou terão maiores dificuldades; se quiserem ter uma formação profissional terão que deixar a constituição de sua família para depois. Esta avaliação - a do passo que deveria ser dado em seguida - não responde, no caso de Ruth e de Tomaz, à suposta naturalidade com que, segundo eles, suas vidas caminham:

Ruth: “Olha, o meu projeto afetivo, mais pessoal [ficava em segundo plano]... eu tinha uma meta na minha vida que era primeiro estudar, ter formação pra depois constituir família. E as coisas foram acontecendo... eu estudei em São Paulo e quando recebi o convite para trabalhar em Belém eu já estava formada e as coisas aconteceram, meio que naturalmente. Não foi assim nada projetado: uma coisa agora e depois vem outra; as coisas vão acontecendo. E é, acho, *dessa naturalidade*, dessa espontaneidade que você consegue construir projetos pessoais e profissionais.”

E em outro momento da entrevista de Tomaz:

“Mas pra mim [o casamento] seria uma consequência, como muitas coisas na minha vida foram caminhando assim, *com naturalidade*: foram umas, consequências das outras; acho que o casamento neste momento seria mais uma consequência...”

Os projetos, embora pessoais, têm que ser efetuados principalmente em dois campos, ao mesmo tempo distintos e semelhantes. Estou falando dos impasses ocorridos tanto na família consanguínea, quanto na família conjugal do grupo entrevistado. É isso que se pode ver no relato de Ruth sobre sua saída de casa para estudar em outro Estado:

“Mas eu sempre fui *muito destemida, muito persistente nos meus objetivos*, então, isso me motivava muito. E eu te digo que se tivesse que atravessar tudo de novo, eu atravessaria. Tem uma determinação muito grande nas coisas que eu planejo, que eu idealizo, por que eu acho que é uma coisa minha, ‘genética’ mesmo.”⁸

⁸ Os projetos de formação em nível superior de todos os entrevistados se realizaram sem muitas dificuldades, mesmo dos que tem sua família de origem provindo das camadas populares (Ruth, Inês e Tomaz). A asserção de Ruth, no depoimento citado, de que a sua determinação é uma coisa ‘genética’, ‘sua mesma’ me leva a fazer um contraponto com os projetos de vida de mulheres negras, estudados por Julião (2000). Sua pesquisa demonstrou que fazer um curso universitário, no caso do grupo entrevistado, se mostrou como desejo que já havia sido adiado, por questões financeiras e porque não dizer também de cor, em pelo menos três gerações. Assim, a realização dos projetos pelas netas fez com que as avós e as mães das entrevistadas se sentissem, elas mesmas, realizadas. Os projetos se mostraram, nestes casos, parafraseando Ruth, ‘genético’, ‘de família mesmo’. Cf. JULIÃO, Maria Romélia Silva. *Donas da história: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém*. Belém, 2000. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

Embora o trecho citado procure dar total autoridade a sua autora, no conjunto da entrevista pode-se perceber as influências exercidas pela figura da família de origem e da família atual, moderando o discurso do ‘eu decido e faço’, pois, sempre se tratou de decisões negociadas, mesmo aquelas de sentido positivo como, por exemplo, o incentivo do marido para que Ruth faça o doutorado: “se fosse por ele eu já estava fazendo doutorado em outro Estado, porque ele me estimula muito a isso. Não tem... nós não temos problemas de competição, nós não temos problemas de aprisionamento”.

A reflexão sobre o processo de sua formação profissional, em conjunto com as mais variadas experiências, leva Inês a se remeter ao período em que participava de atividades na igreja, em sua adolescência para ilustrar que desde lá, já vinha combatendo, mais intensamente, o que ela chama de “o pensamento machista”. Retomando suas experiências na juventude, ela diz que se sentia diferente dos outros quando participava da vida de sua igreja; quando, então, entrou para a universidade, percebeu que tinha muitas pessoas que pensavam como ela. Depois que voltou à igreja, já cursando a universidade, houve uma surpresa muito grande em relação ao comportamento de seus colegas catequistas, pois, observava pensamentos “errados”, “machistas” com os quais não concordava. Ela lembra que quando começava a tentar debater essas questões, eles sempre faziam piadas sobre seus comentários, assim como antes, à época em que estudava e trabalhava na catequese com eles na igreja; porém, antes, ela pensava que se tratava de piadas mesmo, mas agora via que eles pensavam ‘daquela forma’.

Gostaria de fazer, neste ponto, uma comparação com o trabalho “*Família, Fofoca e Honra*” de Cláudia Fonseca (2000)⁹ - apesar de seu estudo ser sobre grupos populares e o meu sobre camadas médias. Mas o que me interessa em sua discussão, neste momento (e que me parece perfeitamente adequado ao caso em questão), é que ela visualiza, em determinada parte do trabalho, as complexas relações de poder que são criadas entre os gêneros por meio de expressões verbais de caráter humorístico das

⁹ Cf. FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. Ver, especialmente, o capítulo 5: Humor, honra e relações de gênero.

mulheres contra os homens; tais piadas se fossem ditas de outro modo, causariam situações vexatórias por terem conteúdo que atenta contra a honra dos maridos, como é o caso do provérbio, “(...) ‘Cavalo amarrado também pasta’ , [a autora diz que foi de uma mulher que ouviu pela primeira vez]. A expressão é usada, por homens e mulheres, para dizer que o casamento não obriga um indivíduo a abrir mão de sua sexualidade” (2000: 158). Dessa maneira, e seguindo o entendimento da autora, quando se olha o humor dentro de seu *ethos* específico, pode-se perceber que ‘uma brincadeira é muito mais do que uma simples brincadeira’.

Além dessa, uma outra forma de enfrentamento de gênero no campo do discurso bastante encontrada no cotidiano doméstico, são as saídas esquivas e impessoais – que por isso, teriam maior legitimidade - quando se está discutindo a questão.

Voltemo-nos, agora, um pouco mais para as experiências de estudo do grupo entrevistado, porque elas se tornaram fortes impressões na vida dessas pessoas, principalmente, no momento em que se encontravam no limiar de sua pertença ou presença nas famílias consanguíneas, apontando para um desejo de autonomia e, de uma certa forma, de independência em relação aos pais, como já disse páginas atrás. Os quatro interlocutores retomam suas histórias de vida mostrando que “os estudos”, como eles dizem, foram marcas bastante expressivas de suas vivências em tempos anteriores e que são referentes (ou referenciais) para a avaliação de vivências do presente. É como se determinados fatos vividos por eles tivessem se tornados verdadeiros ritos de passagem, como temos oportunidade de acompanhar em seus depoimentos.

Até o momento da realização das entrevistas foi encontrada a presença dos seguintes marcos na vida do grupo: a saída de Ruth de casa (relatada como um projeto de vida mesmo); a entrada de Inês na universidade (onde ampliou suas idéias e conflitou com os companheiros da Igreja); as vivências de Miguel dez anos na Igreja (lá aconteceu a “guinada” em sua vida que o fez se voltar para as questões sociais); a entrada de Tomaz na universidade (que foi o marco mais forte na sua vida). Vejamos os comentários sobre suas experiências:

Em primeiro lugar, como Tomaz fazia, ele mesmo, os planos para os estudos:

“Claro que existe uma fase que a gente vê aquilo como uma certa pressão e até, às vezes, é meio sufocante você ter que estudar. Aí chega uma hora que tu vê que tudo aquilo que tu já fizeste, tu poderia ter feito melhor. Eu, pelo menos penso – como sempre na vida pensei – bastante neste sentido. Terminando a graduação, por exemplo, eu pensava: se eu tivesse estudado um pouco mais eu teria feito melhor, sabe como é. No 2º Grau nem tanto, porque a marca muito forte é a passagem pela universidade; mas eu acho que eu faria a mesma coisa. Então eles (os pais) fizeram o que era adequado mesmo, acho que até além da conta, acho que até além do que eles poderiam fazer no contexto em que a gente vivia financeiramente e tudo.” (Tomaz)

No caso de Miguel este procede de uma família de classe média, bem estável financeiramente; ao contrário dos demais que têm família com origem nas camadas populares, em sua opinião o curso superior “vem naturalmente”. Neste sentido, considera que o grande marco em sua vida foi sua vivência de dez anos na igreja católica, dos quais, em cinco deles se envolveu diretamente com programas sociais:

“Mas o que eu quero dizer é que daí em diante começou a minha guinada, assim, de uma pessoa que era da elite, que sempre teve todas as condições e que nunca teve tantas pretensões sociais na vida; [o que tinha] eram pretensões profissionais, pessoais, entendeu? E a partir daí começou toda uma história de preocupação com o aspecto social e isso foi tomando grande proporção em minha vida que chegou um tempo em que todos os meus sábados, domingos feriados, todas as minhas noites [eram ocupadas com atividades da igreja].”

Por Miguel ter ingressado, inicialmente, em um curso superior escolhido pelos pais, podemos dizer que o ‘naturalmente’, estava ligado ao acesso, mas não diretamente a sua escolha de um curso, indicando a presença, assim mesmo, das injunções familiares.

Fatos que se tornaram significativos na vida de Inês foram a morte de sua avó a quem considerava ‘mãe’, a entrada e o término do 2º grau [atual Ensino Médio] e a aprovação no vestibular. Considera, ainda, que sua participação na igreja, estudando e depois como catequista foi fundamental para a formação de seu pensamento.

Ruth, por sua vez, registra a saída de casa para estudar em colégio interno:

“E nós fomos saindo e indo pro internato adventista em São Paulo, do Paraná para São Paulo. Nós, na verdade...pra família italiana isso tudo foi uma ousadia: ‘os filhos do [nome do seu pai] não deram pra roça’, é isso que os parentes dizem até hoje.”

A respeito de sua saída de casa, que poderíamos dizer que no momento mesmo da ocorrência do fato foi uma ‘meia-saída’ - já que saiu de casa para entrar em um colégio confessional, interno - está dada, novamente, a presença de um ideal de profissionalização buscado e alcançado com certos custos.

Se contrapusermos este último depoimento de Ruth ao seguinte de Inês, para pensar sobre a busca da liberdade com a saída de casa, veremos que nem sempre há um movimento retilíneo e uniforme, pois, em se tratando da relação entre família consanguínea e família conjugal, para Inês o referente de liberdade está ainda na família consanguínea, mesmo ela tendo projetado um modelo diferente de relacionamento para viver em sua família conjugal:

“Eu acho que a palavra-chave para o modelo de família que eu pensei, era que houvesse comunicação, respeito, transparência...e paz, e uma relação de carinho; porque passei a minha vida toda sofrendo muita violência e..relações familiares muito conturbadas.

E mais adiante:

“Os limites práticos [a este modelo] foi a concepção machista que o meu marido tem de família, a concepção machista que ele tem da relação com uma mulher. Então foi terrível perceber que aqueles discursos dele sobre a questão da mulher e da família eram verdades. Eu fui criada - e apesar de ser também de uma família cheia de conflitos – a procedência da família da minha mãe é mais matriarcal; quem tem a força na família são as mulheres, mas a minha mãe não teve força com o meu pai, mas eu tenho esse espírito de ter mais força. Então foi como se eu dividisse força... tivesse o tempo todo como uma luta de forças com o meu marido, na qual eu tive que ceder, mas ele não vê como uma cessão... eu percebo como uma *concessão ciente*... eu estou ciente, estou consciente de que estou abrindo mão e a todo o momento eu fico me policiando pra não deixar ele passar dos limites...que eu fui delimitando de aceitação dessa relação patriarcal, de imposição, de controles de horários, porque eu não vivi isso com meus pais ... a minha mãe me dava esse tipo de liberdade; eu trabalho desde os dezesseis anos” (...) O tempo todo durante a minha convivência com ele eu fico tentando marcar os meus espaços pra ampliar...*pra conseguir de novo ali... o tipo de liberdade que eu tinha...com os meus pais.*”

Em todas às vezes que se referia ao seu relacionamento, ela enfatizava a consciência de que a diferenciação de gênero está gerando discriminação.

Sobre essa realidade prática da relação consciente e verbalmente enunciada nos relacionamentos, perguntei aos entrevistados se por serem conhecedores das discussões sobre a questão gênero, eles se cobravam mais do que outras pessoas ou se sentiam cobrados pelas pessoas no sentido de estabelecer relações que apontassem para a superação das desigualdades nesse campo. Obtive respostas que abrangiam tanto o fato de estarem no âmbito de uma discussão que os faz refletir diariamente sobre isso na academia, quanto a experiências que já observavam sobre este aspecto ao longo de suas vidas, como se pode ver nos depoimento de um homem e de uma mulher:

Miguel: “Não, eu não me cobro, mas eu fico atento a isso [nas orientações que dá às filhas e no seu relacionamento com a esposa]. (...) Eu acho assim, como é uma coisa que eu discuto e que eu concordo com toda essa discussão, essas relações igualitárias, eu tento, de alguma forma, que esse discurso se concretize na prática, entendeu? (...). Tem algumas coisas que fazem parte da minha marca e *eu sempre combati, desde a minha adolescência*, essas narrativas, esses discursos de que existem atividades que são pra homens e atividades que são pra mulheres; assim, esteriótipos pra uns, esteriótipos pra outros. Então, eu sempre combati isso”.

Inês diz que já nasceu feminina, ou feminista, como, segundo ela, ‘dizem no gênero’:

“Bom, eu encaro o fato assim: acho que eu já nasci feminina (assim é que no gênero a gente diz). Eu já nasci feminina - ou feminista como outros diriam - porque *desde a minha infância eu já tinha uma postura assim de questionar o poder masculino*. E eu me cobro de não cair na mesmice de viver um casamento como minha mãe viveu, de muita violência, de muito silêncio e de muita pressão. Eu procuro falar, eu procuro refletir sobre as relações de poder que estão se colocando [no seu relacionamento como o esposo]”.

Inês identifica relações de poder que são estabelecidas entre ela e o marido em termos de gênero; mas, em alguns momentos, ela cria certo tipo de ‘expediente’ para amenizar as discriminações de gênero sofridas em várias situações dentro do seu relacionamento. Ela diz que sempre procura falar quando está se sentindo explorada, sofrendo violência (discriminação), porque “quando aquele que violenta não tem consciência do que faz, a violência se naturaliza”. Para ela, esse é um fenômeno interessante, quando quem violenta não se dá conta das violências, ou seja, acha natural. Sua posição oscila entre estabelecer relações de poder negociadas e constatar que estas relações de poder já estão colocadas, e dentro das quais ela se encontra em desvantagem.

Isso denota a complexa composição das cenas do cotidiano onde se encontram valores, afetos, expectativas, pensamentos e sentimentos variados orientando as escolhas, o próximo passo, que não necessariamente é o passo desejado. A mesma Inês fala em estar se “acostumando com certas imposições” do marido, porque senão acaba se tornando chata, criando um “clima de batalha”, ao ficar questionando, a toda hora, as situações onde as diferenciações de gênero se apresentam numa hierarquia em que ela, como mulher, fica subsumida.

Como este é um grupo cuja especificidade em lidar profissionalmente com um determinado público em questões acadêmicas, os distingue, de certo modo, de outros grupos profissionais, é bom considerarmos as mediações presentes entre sua prática profissional e suas convivências pessoais. É neste sentido que o sociólogo, de origem canadense, Erving Goffman discutindo como as representações¹⁰ do eu na vida cotidiana são socializadas, considera como um importante aspecto desse processo de socialização, a tendência que os atores têm de oferecer a seus observadores uma impressão que é idealizada de várias maneiras diferentes. Goffman ressalta o fato comum, para ele, de que uma representação apresenta uma concepção idealizada da situação, citando a opinião de um outro autor, Charles H. Cooley,¹¹ segundo o qual:

“Se nunca tentássemos parecer um pouco melhores do que somos, como poderíamos melhorar ou ‘educar-nos de fora para dentro?’ Este mesmo impulso de mostrar ao mundo um aspecto melhor ou idealizado de nós mesmos encontra uma expressão organizada nas várias profissões e classes, cada uma das quais até certo ponto tem um linguajar convencional ou atitudes próprias, que seus membros adotam inconscientemente, na maior parte das vezes, mas que tem o efeito de uma conspiração para atuar sobre a credulidade do resto do mundo. Há um tipo de linguagem convencional não somente da teologia e da filantropia, mas também do direito, da medicina, da educação, e mesmo da ciência – talvez particularmente da ciência precisamente agora, visto que quanto mais um tipo particular de mérito é reconhecido e admirado, tanto maior a probabilidade de ser adotado por pessoas indignas”.¹²

¹⁰ Goffman está usando o termo ‘representação’ para se referir a “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” Cf. GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis - RJ: Vozes: 1985. p. 29

¹¹ COOLEY, Charles H. *Human Nature and the Social Order* (Nova Iorque: Scribener’s, 1922), p. 352 -353.

¹² COOLEY *apud* GOFFMAN, 1985. op. cit., 40.

Assim, diz Goffman, “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo”.¹³

Dessa maneira, um elemento a ser destacado no âmbito das relações deste tipo profissional é o contexto ideativo onde são produzidos e circulam as produções teóricas sobre gênero. Como bem ilustra Tomaz, se há uma “cobrança” no sentido de entrelaçar as teorias evocadas e a ações efetuadas por um mesmo indivíduo, ela só se dá em meio a seus pares que dominam a linguagem acadêmica. E, mesmo entre estes, a suposta “cobrança” não passa de ‘uma brincadeira’: “acho que a cobrança acaba sendo pra quem é do meio acadêmico, nossos pares aqui da academia. Mas acho que é mais por brincadeira; não tem grande cobrança ‘porque trabalho com gênero tem que ser de tal jeito’”. Para outras pessoas fica difícil até mesmo entender o que os profissionais fazem no âmbito acadêmico. Por outro lado, há situações em que, por estarem trabalhando com o tema de estudo, espera-se deles, que dêem “respostas científicas” para questões que estão sendo tratadas em uma visão do “senso comum”:

“Uma coisa que me incomoda muito (...) é que as pessoas que, pelo menos, tem uma idéia de quem tu és (...), que estás trabalhando com alguma coisa, é como se você tivesse respostas pra tudo; isso é horrível ! (...) Se fala em relacionamento, você tem que dar respostas sobre relacionamento, que muitas vezes você não tem respostas, não tem nada formado sobre o assunto. Acho que tem muita cobrança neste sentido.”

Para mostrar que suas relações e seus pensamentos não são tão iguais mas, também, não são tão diferentes dos demais dentro do seu grupo social e da sociedade mais geral, digo que as opiniões de meus interlocutores retratam a interação de vários aspectos de suas vivências pessoais e profissionais e que, de acordo com a situação, certos elementos tomam destaque e se tornam pontos de partida para reflexões sobre algum acontecimento. Para exemplificar, retomo a opinião de Miguel sobre o fato de ele achar que não nasceu “pra ser marido” do tipo tradicional:

¹³ GOFFMAN, op. cit., p. 41.

“Mas eu acho que ela [sua esposa] gostaria que eu me enquadrasse [nesse tipo ideal de marido]. Ela acha que eu não gosto dela porque *eu libero ela pra fazer todas as coisas*, entendeu? porque eu não sou ciumento; ela é altamente ciumenta; meus irmãos são altamente ciumentos, controladores. Então, por exemplo, eu compro minissaias, ela não usa as minissaias. Eu acho as minissaias bonitas, ela tem uma pernas bonitas, ela precisa mostrar; os meus irmãos acham o cúmulo.” (Miguel)

Então, Miguel não é ou não quer ser ‘esse’ tipo ideal de marido; diferentemente dos seus irmãos, ele não é controlador porque ele ‘libera’ sua esposa “para fazer todas as coisas”. Ora, em última análise, alguém só libera o que tem sob controle. Esse é um caso bem exemplar para o que estou discutindo e que me fez estudar diferenciações de gênero na relação entre vida privada e vida profissional.

Ainda tratando da especificidade do grupo, Miguel, principalmente, fazia questão de relatar fatos de sua vida que, segundo ele, tinham a ver com gênero. Assim, ele identifica alguns como, por exemplo, o interesse de sua família de que os homens servissem às forças armadas brasileiras, no caso ao exército; o fato de ele ter mais amigas mulheres do que amigos homens; o fato de ele ter se recusado a estudar em escolas só para meninos; hoje, como marido, ele cuidar dos filhos ao lado da esposa, ao contrário das experiências de seu pai e de sua mãe em sua família inicial. O que quero dizer com isso é que as diferenciações de gênero, em todos os casos, foram nomeadas pelos entrevistados a partir de demarcações que, visivelmente, se apresentam como distinções entre homens e mulheres, e que são situações encontradas no seu cotidiano doméstico que difere substancialmente das experiências de suas famílias consangüíneas. Eles se colocavam como se estivessem analisando as relações a partir de uma orientação geracional.

As diferenciações de gênero entendidas como configurações das práticas sociais, apontam para leituras variadas incluindo aquelas em que dois elementos estruturais de um mesmo modelo não são questionados em conjunto, mas apenas um dos elementos de cada vez e, de acordo com a situação. Foi assim, que alguns dos interlocutores utilizavam os termos machista e patriarcal como se fossem negativos e os termos feminista e matriarcal como se fossem positivos.¹⁴

¹⁴ Maurice Godelier (1997), ao discutir a relação homem-mulher, diz que certas antropólogas, como Eleanor Leacock, esforçam-se por fazer compreender aos seus colegas e ao público o que pode ser a situação das mulheres em certas sociedades. As sociedades matrilineares hortícolas da

As expressões das falas de meus interlocutores, portanto, parecem colocar a discussão sobre diferenciações de gênero para o campo do político construindo visões pessoais nas quais tomam centralidade suas relações familiares. Assim, se é correto dizer, como venho observando no decorrer deste estudo, que homens e mulheres partem, ou falam a partir de lugares diferenciados - os homens, do trabalho e as mulheres, da família -, também é correto mencionar que a visão de suas relações como homens e como mulheres, têm a família como principal aglutinador das considerações e apreciações que decorrem de suas práticas sociais de gênero.

América do Norte – como, por exemplo, os Iroqueses vizinhos e inimigos dos Montagnai Naskapi – constituem um dos exemplos privilegiados por Eleanor Leacock (e isto continuando a tradição de Morgan e de Engels). De acordo com Godelier foi este exemplo que alimentou o mito de um matriarcado, de um poder dominante das mulheres na sociedade a que todos os antropólogos, ou quase todos, como ele diz, responderam negativamente:

“ Parece, com efeito, que nas sociedades matrilineares, a mulher está igualmente subordinada ao homem, mas não o está ao seu marido ou ao seu pai, mas sim ao seu irmão e ao irmão da mãe, que têm autoridade sobre ela e sobre os filhos dela (...). O que parece inegável é que a subordinação das mulheres aos homens é *muito* diferente nas sociedades matrilineares e menos *dura* em geral do que nas sociedades patrilineares”.

(...)

“Para voltar ao exemplo dos Iroqueses e dos Hurões, vejamos o que relataram os viajantes do século XVI: (...) Desde o conselho de clã até o conselho de tribo, presidido pelo grande *sachem*, as mulheres estavam presentes, pelo menos as matronas, em todos os níveis de poder. Era através das mulheres que se transmitiam os direitos sobre as terras de cultura, e estas terras eram cultivadas colectivamente pelas mulheres sob a autoridade das matronas. Estas controlavam a redistribuição dos produtos agrícolas que estavam armazenados nas reservas situadas em cada extremidade das grandes casas; as mulheres podiam mesmo impedir o início de uma guerra ou a sua continuação recusando-se a fornecer aos guerreiros os víveres necessários. As jovens escolhiam os seus amantes e uma vez casadas tinham a possibilidade de se divorciar. Este é, portanto, um outro exemplo de sociedade onde as mulheres gozavam de um prestígio e de um poder público inimagináveis em nossas sociedades ocidentais”. Cf. GODELIER, Maurice. Homem-mulher. *Enciclopédia EINAUDI* - Parentesco. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.pp. 151 e 152

Família e profissão: interfaces de uma vida ‘gendered’

Continuando a manter o diálogo sobre as relações entre a vida familiar e a vida profissional, podemos dizer que esta última contamina mais facilmente a primeira pela especificidade do trabalho do grupo entrevistado, uma vez que nesta ‘profissão’ o trabalho nunca para ou não pode parar nunca. Ou seja, é preciso lidar com as atividades do trabalho, negociar horários e formas de conciliar as atividades dentro e fora de casa. O cotidiano doméstico por sua maior flexibilidade ou, pelo menos, por ser pensado como tal, é programado a partir do calendário profissional, este, muito mais fixo, quando pensado em relação àquele.

Minha argumentação, a partir da análise dos depoimentos explorados ao longo deste trabalho e de todo o material coletado de outras formas como, por exemplo, através da escutas das conversas ao meu redor e da observação possível da vida deste grupo profissional, é a de que o discurso sobre o cotidiano é muito mais absorvente do que aquele sobre o profissional, ou seja, não só falam mais da vida familiar como falam dela mais envolvidos por todos os significados que tem para eles. Talvez porque o cotidiano profissional exija, pela maior conotação política que carrega, que se coloque as questões em níveis outros que não o da relação “eu com os meus”, e isto é perfeitamente compreensível do ponto de vista da autoridade acadêmica e intelectual depreendida em qualquer discussão neste nível.

Por isso, na relação entre a discussão teórica e as configurações das práticas sociais as duas nem sempre caminham juntas. E isto tanto é verdade em ambas as direções: (1) discussões teóricas podem estar à frente da operacionalização das práticas (talvez seja o mais comum), (2) bem como as configurações das relações sociais podem estar distanciadas, substancialmente, dos modelos teóricos que ainda informam a leitura da realidade. Muitas vezes, (3) mesmo, práticas diferenciadas são solicitadas ao enquadramento a um modelo socialmente dado como se, de fato, elas estivessem apenas atualizando o modelo. Outras vezes, (4) estas mesmas práticas são nomeadas com uma terminologia que as aprisiona ao modelo sem elas, na verdade, pertencerem a ele; é como se novas práticas ficassem algum tempo sem um ‘nome’ que as represente tendo que ser expressas por meio de um “vocabulário ultrapassado”, do “antigo modelo”.

Isso tudo mostra a complexidade, no sentido de polissemia (e mesmo, ambigüidade), que faz parte de todo discurso, mesmo daquele que se liga a ou que quer se desligar de um modelo, ele mesmo ambíguo, porque impossível de efetivação por conta de fatores religiosos, políticos, culturais, enfim, prático-sociais que excedem a simples relação teoria-prática, e que nem por isso deixa de orientar as ações das pessoas.

Neste momento votamo-nos aos significados sociais que, por serem compartilhados intersubjetivamente, são elementos constitutivos da realidade social e não uma invenção particular de uma pessoa. Por isso, podemos ‘brincar’ com a história dos modelos dizendo que há sempre a solicitação a um modelo que paira sobre as práticas: quando solteira, a pessoa não pode ficar por muito tempo nesta condição mesmo que esteja namorando (uma só pessoa do outro sexo); quando casada, tem que logo ter filhos; quando tem filhos, eles têm que ser meninos e meninas; a partir daí tem que se ter netos; tendo netos, deve-se ter muitos netos e assim por diante, numa impossibilidade de alcançar ‘a perfeição’ de uma vida, por isso mesmo nunca vivida, mas que se torna, por assim dizer, o ideal pretendido por e/ou desejado para si pelo sujeito e/ou pelos outros. Este é o campo das representações sociais, isto é, o espaço das intermediações das idéias e práticas que são e/ou se tornam, ao mesmo tempo, limitantes e habilitadoras.

Neste campo, ao mesmo tempo simbólico e prático, o projeto de vida (ou das vidas, como refiro para meus interlocutores aqui) surge como construção puramente social. Mesmo que o projeto seja o meio pelo qual um sujeito particular, procura guiar suas ações, ele sempre toma como referência a outrem. E não poderia ser diferente, pois, mesmo que a subjetividade procure mostrar-se autônoma (e, de certa forma, o é), a construção do projeto funciona como uma organização interna da subjetivação a partir da intercomunicação com a comunidade externa de indivíduos da qual o sujeito faz parte. De acordo com Gilberto Velho (1994: 48)¹ “[o]s projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualização”. O projeto é, por isso mesmo, feito e refeito de acordo com as circunstancialidades que denotam possibilidades de realização e/ou flexibilização do ideal pretendido num

¹ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

movimento de avanços e recuos e até mesmo de inércia. Os movimentos, neste sentido, são sempre feitos tomando a participação direta e/ou indireta dos outros, como lembra Tomaz ao dizer que sua vida pessoal sempre esteve sob o olhar atento e considerado dos vizinhos: “como se justificasse o fato, ‘ah! o fulano [filho do vizinho] jogou bola a vida inteira e não passou [no vestibular] por causa disso. Eu, porque não jogava... passei porque não jogava. Tem tanta gente por aí que joga bola, faz tudo, e tem uma vida acadêmica igual a mim”.

É da observação e interpretação desses aspectos que, como se viu nos depoimentos, os interlocutores viam/faziam/refaziam em suas ‘cabeças’ os projetos de suas vidas atualizando a própria etimologia do termo (*projetare*, do latim, lançar para frente) como se as “fases” pensadas acompanhassem ou fossem desenvolvidas com o passar dos anos. Daí o “esforço” para priorizar sua formação profissional, pois, a interpretação que se têm é que se os planos para a família estivessem em primeiro lugar, não se vislumbraria a possibilidade de formação e prática profissional: “olha, o meu projeto afetivo, mais pessoal [vinha em segundo lugar]... eu tinha uma meta na minha vida que era primeiro estudar; ter uma formação pra depois pensar em constituir família” (Ruth). Ao contrário, se a profissionalização vier antes, supõe-se maior independência pessoal e financeira que definirá o momento certo para constituição da família: “[casamento] não é uma coisa que esteja tão próxima, tão imediata assim, mas não estão fora dos meus planos, entendeu?”; “meus planos são de filho depois do casamento, uma coisa bem planejada; um filho tem que estar dentro disso aí, dessa questão familiar, financeira” (Tomaz). Espera-se, neste caso, uma relativa independência entre vida familiar e vida profissional e maior facilidade de administração das relações que se estabelecerão naquela. Sendo que, no entanto, as práticas contradizem ambas as formas, como no caso de Miguel que não pensava em casar tão cedo e muito menos em ter filhos e acaba “tendo filho” antes de casar, casando e tendo que estudar ao mesmo tempo; e de Inês, dizendo que é uma “luta diária” para mostrar para o seu marido que ele não está lidando com qualquer pessoa, que ela é uma mulher que é formada e tem uma profissão. Percebe-se que Inês apresenta uma visão reflexiva sobre uma possível diferenciação do seu grupo de *status* como profissional de nível superior, pois, as entrelinhas de seu próprio argumento, sugerem a idéia da possibilidade de que se ela não fosse formada, ele poderia discriminá-la. Vislumbra-se, deste ângulo, muitas vivências, mas, fundamentalmente, vidas marcadamente informadas pelas diferenciações de gênero (“*gendered*”).

Destaco, desta forma, o tom analítico com que, em vários momentos das entrevistas, discorriam seus relatos. Apresentavam, inclusive, certos comentários citando autores estudiosos dos assuntos que estavam sendo tratados, demonstrando claramente a especificidade deste grupo profissional que lida e articula, quase sempre, suas idéias à referências teóricas do trabalho que realizam:

“Mas é interessante, tem até a ver com o trabalho do Foucault sobre sexualidade, como a gente nesse meio de gênero, sexualidade e tudo (ele fala sempre muito isso), como tu és cobrado pra dar uma resposta, e isso é constante; tu acabas dando uma posição científica sobre aquilo: ‘então, todo mundo está falando do senso comum, de alguma coisa, mas tu como [estudioso], trabalhando com aquilo tu vás ter que dar respostas científicas pra aquilo como se tivesse a razão a verdade estivesse na nossa mão.’” (Tomaz)

Merecem destaque, ainda, os projetos e idealizações em torno das relações conjugais. As concepções do grupo entrevistado parecem estar assentadas em valores tradicionais de relacionamento conjugal e não apresentam grandes tensões embora apontem para a incorporação de traços mais modernos. (Giddens, 1993; 2002).² O parâmetro para isso, poderia dizer, é a forte ligação com a religião, que todos dizem possuir, juntamente com o apego aos valores tradicionais da família. Estes valores morais de cunho religioso que orientam as relações familiares indicam que seu fundamento podem ser encontrados, pelo menos no nível da percepção dos sujeitos, talvez mais à construção da imagem da “sagrada família” (cristã), representada pela presença de um pai, de uma mãe e de um filho (homem, no caso), do que propriamente à idéia ou à ideologia da familiar conjugal moderna. Acrescente-se a isso, a importância dada as suas imagens públicas enquanto pessoas e profissionais que têm, de alguma forma, maior visibilidade social.

Desta forma, os resultados que se mostram neste estudo no que concerne a conjugalidade, não se alinham, em todos os aspectos, aos quadros geralmente apresentados por outros estudiosos da questão neste segmento social, entre os quais tomo para exemplo

² GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: amor e erotismo na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993; GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

a obra “*Ser homem e ser mulher dentro e fora do casamento*” de Miriam Godenberg, pelas suas referências a vários outros pesquisadores. Cito-a, então:

“Com respeito à conjugalidade, os dados deste estudo correspondem a um *novo* ideal de relacionamento conjugal encontrado em casais modernos (Salem, 1978; Kellerhals, 1982; Béjin, 1987; Heilborn, 1980/1981): o relacionamento igualitário; a valorização da díade; a decisão conjunta e planejada a respeito de ter filhos; a valorização do trabalho profissional como fonte de realização tanto do homem quanto da mulher; a rejeição de vínculos formais e obrigatórios; a *lógica confessional*; a ausência de um duplo padrão de moralidade; a valorização do gozo, do prazer (não apenas sexual); entre outros. Béjin (1987) ressalta que esse ideal de conjugalidade visa conciliar traços mais tradicionais da vida conjugal com traços mais modernos” (Golderberg, 1991:58).³

Os elementos apresentados neste tipo de composição da vida social são reforçados por um modelo que classifica as relações sociais como estando no seu centro ou no seu limiar, daí a utilização constante na literatura sociológica de termos como crise da família, crise do casamento, crise de identidade que são, no fundo, crise de um modelo considerado, sempre, **o modelo** e para o qual olhamos neste estudo, na confluência de elementos do cotidiano, da perspectiva do gênero.

Espaços e tempos do cotidiano

A ‘luta’ dos entrevistados para separar, distinguir, dominar, combinar com tranqüilidade as relações interpessoais no universo das emoções dentro dos variados espaços sociais é, por si mesma, evidência das suas múltiplas interconexões.

Há esse mesmo esforço de ‘organização/classificação’, como visto em depoimento, quando Inês disse que as pessoas em seu trabalho não estão preparadas para lidar com as emoções. Parece mais que o “recado” seria, na verdade, que elas não querem fazer isso, pois não seria o espaço próprio para tal.

Por outro lado, mesmo Miguel dizendo que quando chega em seu trabalho é como se ‘desligasse um pouquinho’, sua vida profissional é afetada direta e indiretamente

³ GOLDENBERG, Miriam. *Ser homem e ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

por questões familiares, pois, como ele mesmo diz, poderia ir bem mais longe em termos profissionais mas ‘relativiza’ isso por causa da família; isso, sem falar da cobrança das filhas e da esposa para que ele dê maior atenção à família, participe mais da vida familiar.

Quando levados a falar de seus projetos de vida (quando iniciavam a falar deles), os espaços de vida pessoal e profissional apareciam com nítida separação de contornos; porém, quando estavam falando sobre sua vida pessoal e sua vida profissional não tínhamos mais, assim tão claro, o que era o quê: se tinham uma vida pessoal que objetivou uma profissão ou uma profissão que determinou seus *modus vivendi*. Podemos pensar sobre essas relações como uma espécie de jogo de xadrez, onde a mobilidade nem sempre contínua das peças, organiza e reorganiza o espaço, sendo que as “mexidas” totais são mais importantes do que a posição onde as peças se encontram momentaneamente. Neste sentido, aproveito para utilizar a seguinte asserção do sociólogo português José Machado Pais, na qual diz que “[o] que tem importância social não é o espaço, mas as vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico” (Pais, 2003: 87).⁴

Este fato – de se despir de sua pessoa para encarnar o profissional e vice-versa - afirma, por um lado, a particularidade do grupo pesquisado e, por outro, mostra a diversidade interna a este segmento social, caracterizado aqui como pertencentes às camadas médias urbanas.

Espero ter mostrado com a análise dos depoimentos que as confluências criadas, eliminadas ou não entre os domínios (na verdade elementos que compõem as cenas do cotidiano) nomeados trabalho e família são construções estabelecidas com o campo mesmo da intersubjetividade, por isso, sempre tensionado, mostrando, dessa maneira, o campo de possibilidades de atuação dos sujeitos dentro das relações sociais.

Neste jogo das relações de gênero, traduzido ao longo do estudo na exposição das interfaces dos discursos de meus interlocutores sobre suas idéias e práticas, é interessante observar a linguagem como expressão simbólica dos significados culturais.

⁴ PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

Era, algumas vezes, difícil até mesmo nomear os novos tipos de relações que não estão em correspondência direta com uma representação social. Neste sentido, é sempre bom lembrar que por serem (as representações) sempre coletivas elas acabam, muitas vezes, englobando as próprias formulações que objetivam o seu questionamento. Há uma viscosidade nas representações como se pode perceber a partir de experiências expostas que exemplificaram bem este aspecto, como foi o caso dos depoimentos seguinte: “eu libero a minha mulher” (dito pelo marido para mostrar a emancipação da esposa); nada substitui a mãe (dito por uma das mulheres na tentativa de reivindicar importância ao papel e, em última análise, à pessoa do sexo feminino na condição real ou potencial de mãe).

Os espaços e os tempos da vida pessoal e profissional quando são comparados/contrapostos, apresentam conjunções e disjunções refletindo-se, de igual modo, entre as várias categorias que concretizam o discurso dos sujeitos como, por exemplo, lazer/trabalho, casa/rua, afetividade/profissionalismo, com os filhos/sem os filhos, estudo/família; embora, como se mostrou ao longo do trabalho, essas idéias (e práticas) não componham quadros rígidos e dicotômicos.

Da observação destes constructos pensados em um momento para serem como que, vividos em outro, podemos dizer que **os homens falam a partir do trabalho:**

“Eu viajava muito, estava sempre fora de casa, e...as minhas expectativas profissionais ocupavam grande parte do meu tempo. O nascimento das crianças, a constituição da família, no caso a paternidade, elas mudaram radicalmente a minha vida no sentido de que, hoje, eu sinto que eu tenho um potencial pra ir bem mais além em termos profissionais, mas eu relativizo isso, [face] à importância, à necessidade de eu dar importância para a família, ver as crianças, porque, apesar de minha esposa achar que eu faço bem menos [risos], eu acho, assim, eu não trabalho em termos de quantidade; procuro trabalhar em termos de qualidade. Só que essa qualidade tem tido *um custo* significativo: *eu tenho que abrir mão de estar em reuniões*, em palestras, em debates, seminários, viagens...” (Miguel)

e que **as mulheres falam a partir da família:**

“[O meu trabalho] me deixa isolada. É uma situação angustiante porque à medida que você passa mais tempo trabalhando ou estudando, vai ficando um vazio dentro de você. Ou seja, pelo menos pra mim funciona assim: as minhas relações aqui vão se depreciando; eu vou ficando mais impaciente porque eu quero ficar em casa, porque eu quero ficar com a minha mãe, eu quero estar com o meu marido, ao invés de gastar

tempo aqui (na universidade) em trabalho e estudo. Eu gostaria de ficar mais tempo com eles.” (Inês)

Sem que eles deixem de estar participando, ao mesmo tempo, de ambos. Assim, para os homens, a família retira um tempo que poderia ser investido em trabalho e para as mulheres, o trabalho retira um tempo que poderiam estar dedicando à família.

Ao mostrar que as práticas de gênero são bem mais performáticas do que o discurso que as pretende representar, mostra-se, igualmente sua natureza cambiante, histórica. Esses elementos fazem coro com o registro do historiador americano Christopher Lasch de que: “[o] ‘masculino’ e o ‘feminino’ pertencem ao corpo crescente de idéias que já não podem ser aceitas como verdade absoluta e inconteste” (Lasch:1999:168).⁵

Mesmo sabendo que as relações imbricadas do cotidiano não se restringem ou se esgotam no binômio família-trabalho, é como se os sujeitos estivessem sempre considerando suas posições a partir de algum lugar definido e autônomo. E, de certa forma, por trabalharem com a temática, criam ao seu redor expectativas, ou seja, é como se, por estudarem as questões referentes às injunções, às diferenciações de gênero, fossem vistos como capazes de dominar e organizar com mais tranquilidade as suas próprias relações. Tomaz disse que em certos momentos, quando algum grupo de amigos seus está discutindo questões que dizem respeito às relações entre homens e mulheres, ele é solicitado a dar uma espécie de ‘parecer científico’ sobre o caso.

Como priorizei as representações sociais, as análises me indicaram que, pela especificidade deste grupo de pessoas - de profissionais (professores e/ou pesquisadores) de nível acadêmico pertencentes aos segmentos médios urbanos - as diferenciações de gênero se apresentam com possibilidades de combinação e afastamento entre o nível das práticas, as performances (enfim, o vivido), e o nível da regra, ou seja, a imagem. Sobre este ponto não poderia deixar de mencionar que, de acordo com Clifford Geertz (1989),⁶ o termo “modelo” tem dois sentidos – um sentido “de” e um sentido “para”. Ou seja,

⁵ LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1989.

sentidos que refletem a capacidade que os padrões culturais têm de criar imagens da realidade e, ao mesmo, tempo modelar essa mesma realidade por meio das relações dos símbolos alimentados por ela. Uma análise possível sobre este ponto, é que mesmo não querendo se colocar como pessoas que se cobriam ou seriam cobrados no sentido de eliminar as diferenciações de gênero das suas relações sociais (pessoais), tensões ditas e não ditas relativas ao gênero são encontradas em suas vidas; questões sobre o tema que eles, enquanto profissionais, têm que *refletir* - portanto, fazer e pensar sobre - são presenciadas na vida dessas pessoas, talvez, diariamente, nos diversos âmbitos do cotidiano:

“A gente muda bastante as idéias que a gente tem das coisas; sobre relacionamento, sobre o que é homem e o que é ser mulher, homossexualidade, gravidez e assim por diante. Pra mim, uma coisa muito interessante no curso, é isso: que a gente consegue ‘abrir a cabeça’ pra muitas coisas e acho até que, por *a gente mudar um pouco em nossa forma de pensar sobre muitas coisas*, a gente acaba, em diversos momentos, não reproduzindo o que pra muita gente poderia ser ‘o errado’ ou poderia ser ‘uma coisa que tu não farias’, ‘que não era adequado tu fazeres’, sabe como é? Então, tu acabas mudando um pouco e dando menos vazão pra que te critiques por trabalhares com isso ou aquilo e tá fazendo totalmente ao contrário. É claro que a gente continua sendo preconceituoso, machista, em alguns momentos, mas eu acho que *muita coisa muda na vida da gente*.” (depoimento de Tomaz)

Enfim, estas são pessoas que construíram projetos em que a atualização de suas idéias e práticas sociais de gênero se deu ao sabor das mediações presentes entre suas vidas pessoal e profissional, demonstrando, fundamentalmente, que, apesar de sua construção individual, a efetivação do projeto acontece no plano do social, tanto no sentido de que ele é posto dentro de um campo de possibilidades quanto no sentido de que é compartilhado intersubjetivamente. Como bem lembrou Ruth: “não existe projeto que você planeja totalmente antes; você vai fazendo as coisas de acordo com as oportunidades”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (Orgs). *Homens e masculinidades: outras palavras*. 2ª ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001.

AUGÈ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AZEVEDO, Tales. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1996.

BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

BROW, Peter. Agostinho: sexualidade e sociedade. In: BROW, Peter. *Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa BUARQUE de. (Orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; São Paulo: Editora 34, 1998.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20 (2): jul/dez., 1995.

DaMATTA, R. “O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues”. In: NUNES, Edson (org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DaMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DUBY, Georges. *História da vida privada*, 2: da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (1. Abertura).

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

FRY, Peter. *Para inglês ver*: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A, 1989.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*: amor e erotismo na sociedade moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GODELIER, Maurice. Homem-mulher. *Enciclopédia EINAUDI* - Parentesco. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis - RJ: Vozes: 1985.

GOLDENBERG, Míriam & TOSCANO, Moema. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOLDENBERG, Miriam. *Ser homem e ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

GONÇALVES, Telma Amaral. E o casamento, como vai? Um estudo sobre a conjugalidade em camadas médias urbanas. Belém: 1999. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HÉRITIER, Françoise. Família. *Enciclopédia EINAUDI - Parentesco*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 20.

JULIÃO, Maria Romélia Silva. *Donas da história: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém*. Belém, 2000. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos: corpo, saúde, doença*. n. 9. Porto Alegre, out., 1998.

LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LASMAR, Cristiane. Antropologia do gênero nas décadas de 70 e 80: questões e debates. *Teoria e Sociedade* - Belo Horizonte, n.1, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976 [1947].

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MacFARLANE, Alan. História do casamento e do amor. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MALCHER, Leonardo Fabiano Sousa. *Mulheres querem amor, homem querem sexo?* Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. Belém, 2001. CFCH/UFPA. Dissertação de Mestrado.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974. v II.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro: HUCITEC, 1994.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. *Trabalhadeiras e Camarados: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA, 1993 [1977].

MUSKAT, Malvina Ester. Violência de Gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO, Benedito (Orgs). *Homens e masculinidades: outras palavras*. 2ª ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro. Rocco, 1993.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In:

ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1998.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura, a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos - Gênero*. Porto Alegre, ano I, n. 1, 1995 [1980].

ROSE, Phyllis. *Vidas paralelas: cinco casamentos vitorianos*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 20 (21): 71, jul/dez., 1995.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

STRATERN, Marilyn. Entre uma melanesianista e uma feminista. *Cadernos Pagu* n. 8/9. Campinas-SP, 1997.

SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia: In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VAITSMAN, Jeni. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: PUPPIN, Andréa Brandão & MURARO, Rose Marie (Orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989 [1973].

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, G. (Org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: HUCITEC; EDUNB, 1995.